

Pensar a sociedade do amanhã.
Uma análise económica.

Maria Luísa Coelho Veiga Lobo

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Serviço Social do Porto para o cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Gerontologia Social, realizada sob a orientação do Professor Doutor Óscar João Atanazio Afonso, Professor Auxiliar do ISSSP e co-orientação do Professor Doutor Pedro Cunha Neves, Professor Auxiliar do ISSSP.

Abril de 2014

RESUMO

Numa sociedade a envelhecer, baseada numa nova economia do conhecimento, pretende-se analisar em que países a percentagem da população com 65 ou mais anos está positivamente (ou negativamente) associada à taxa de crescimento do produto interno bruto *per capita*.

Nesse contexto, este estudo tem ainda como objectivo primordial compreender que características apresentam esses países e o que motiva esse resultado. Apresentam-se recomendações políticas e reflexões para que todas as idades, jovens e velhos colham os benefícios da longevidade.

Os principais resultados mostram que, do conjunto dos países europeus analisados, apenas na Suíça e na Noruega o envelhecimento tem um impacto positivo sobre o crescimento económico. Portugal é o país em que o envelhecimento mais tem penalizado o crescimento económico.

Palavras chave: sociedade, conhecimento, envelhecimento, crescimento económico.

ABSTRACT

In an ageing society, based on a new economy of knowledge, this work intends to analyse in which countries the percentage of population who is 65 or older is positively (or negatively) associated to the per capita gross domestic product growth rate.

In this context, one of the main aims of this study is to understand what characteristics these countries show and what motivates this result. Political recommendations and reflections are presented so that people from all ages, young and old, collect the benefits of longevity.

The main results have shown that, within the countries analysed, only in Switzerland and in Norway has population ageing a positive impact on economic growth. Portugal is the country in which population ageing has mostly affected economic growth.

Key words: society, knowledge, ageing, economic growth.

RESUMÉ:

Dans une société vieillissante, basée sur une nouvelle économie du savoir, on veut analyser les pays dans lesquels le pourcentage de la population avec 65 ans ou plus est positivement (ou négativement) associée au taux de croissance du produit intérieur brut per capita (par personne).

Dans ce contexte, cette étude a également comme objectif principal comprendre quelles sont les caractéristiques présentées par ces pays et ce qui motive ces résultats. Des recommandations politiques et des considérations sont présentées pour que tout le monde, jeunes ou plus âgés, puisse cueillir les bénéfices de la longévité.

Les principaux résultats montrent que, parmi le groupe des pays européens analysé, seulement en Suisse et en Norvège vieillissement a un impact positif sur la croissance économique. Le Portugal est le pays où le vieillissement a le plus pénalisé la croissance économique.

Mots clés: société, savoir, vieillissement, croissance économique

INDICE

CAPÍTULO I. CONCEITOS E LITERATURA EXISTENTE	3
I.1. O ENVELHECIMENTO	3
I.2. CENÁRIOS E PROJECCÕES DEMOGRÁFICAS	3
I.3. A SOCIEDADE E OS IDOSOS. ENVELHECER HOJE	8
<i>I.3.1. A discriminação e o idadismo</i>	8
<i>I.3.2. O que é ser idoso</i>	12
<i>I.3.3. A família</i>	14
I. 4. <i>A economia do conhecimento. A geração do baby boom</i>	16
CAPITULO II. DESAFIOS DA LONGEVIDADE	18
II.1. QUESTÕES ECONÓMICAS, SOCIAIS E ÉTICAS	18
II. 2. DESAFIOS	22
<i>II.2.1. Mercado de trabalho</i>	22
<i>II. 2.2. Impacto na protecção social e nas finanças</i>	26
II. 2.3. DESPESAS: PROJECCÕES “ <i>THE 2012 AGEING REPORT</i> ”	33
CAPÍTULO III. CRESCIMENTO ECONÓMICO, ENVELHECIMENTO E DESAFIOS	35
III.1. OBJECTIVOS, CONTEXTUALIZAÇÃO E METODOLOGIA	35
III. 2. APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS E SUA DISCUSSÃO	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47

INDICE DE FIGURAS

Figura nº 1 : Projecções população residente em Portugal: 2008-2060	7
Figura nº 2 : Ajustamento para o caso UE a 24 países, 1996-2013.....	36
Figura nº 3 : Ajustamento para o caso Portugal, 1996-2013	37
Figura nº 4 : Ajustamento para o caso Dinamarca, 1996-2013	37
Figura nº 5 : Ajustamento para o caso Reino Unido, 1996-2013	38
Figura nº 6 : Ajustamento para o caso Italia, 1996-2013	38
Figura nº 7 : Ajustamento para o caso Filândia, 1996-2013	39
Figura nº 8 : Ajustamento para o caso Suécia, 1996-2013	39
Figura nº 9 : Ajustamento para o caso Austria, 1996-2013.....	40
Figura nº 10 : Ajustamento para o caso Holanda, 1996-2013	40

Figura nº 11 : Ajustamento para o caso França, 1996-2013.....	41
Figura nº 12 : Ajustamento para o caso Bélgica, 1996-2013	41
Figura nº 13 : Ajustamento para o caso Alemanha, 1996-2013	42
Figura nº 14 : Ajustamento para o caso Espanha, 1996-2013	42
Figura nº 15 : Ajustamento para o caso Suíça, 1996-2013.....	43
Figura nº 16 : Ajustamento para o caso Noruega, 1996-2013.....	43

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela nº 1 : Indicadores demograficos.....	5
Tabela nº 2 : Despesa pública em pensões (em % do PIB)	33
Tabela nº 3 : Despesa pública em saúde (em % do PIB).....	34
Tabela nº 4 : Numero de dependentes em Portugal (milhares)	34
Tabela nº 5 : Ordenação dos países de acordo com o impacto do envelhecimento sobre o crescimento económico, com base nas figuras anteriores	44
Tabela nº 6 : Ordenação dos países de acordo com o “ <i>GlobalAge Watch Index</i> ”	45

APÊNDICE

INTRODUÇÃO

Hoje em dia, na maior parte do mundo, está a ocorrer o maior fenómeno de envelhecimento de sempre das populações. Um processo de envelhecimento histórico, considerado como um dos acontecimentos mais importantes do século XX (Osório e Pinto 2007).

A população global em 2050 será consideravelmente mais velha. Entre 2010 e 2050 prevê-se que os grandes perdedores demográficos serão a Europa, o Japão e a China. A Europa será a segunda região do globo mais envelhecida (Parker, 2013).

Por volta de 2060, em Portugal, e de acordo com as projecções do Instituto Nacional de estatística (2010), o número de pessoas com mais de 65 anos de idade duplicará, passando de 17.4% em 2008 para 32.3% em 2060; a população activa irá descer de 67.2% para 55.7%. A taxa de natalidade em Portugal, segundo os censos de 2011 era de 1.37 filhos por mulher, sendo os números semelhantes na maioria dos países da União Europeia. Nos países de África também são esperadas taxas de natalidade abaixo do número de 2.1, Na União Europeia em 2060, e de acordo com do estudo da Comissão Europeia, “*The 2012 Ageing Report*”, a percentagem da população com mais de 65 anos de idade terá aumentado de 26% para 52.5%;

Tendo em conta recomendações dos fóruns internacionais, o envelhecimento demográfico não é um problema, mas sim uma oportunidade, um desafio, traduzindo um trunfo do desenvolvimento. O aumento da longevidade é uma das maiores conquistas da humanidade. As pessoas vivem mais tempo, consequência do progresso da medicina, e de uma melhor nutrição, saneamento, cuidados de saúde, educação e bem-estar económico.

As oportunidades e contribuições oferecidas pelo envelhecimento da população são imensas. As pessoas mais velhas contribuem para a sociedade com conhecimentos, aptidões experiencia de vida e com força de trabalho, como voluntários, consumidores e contribuintes. Oferecem uma variedade de serviços não remunerados e muitas vezes invisíveis à família e à comunidade e desempenham um papel na formação das capacidades das gerações mais jovens (*Global Age Watch Index* 2013).

A utilização do saber e da experiência das pessoas mais velhas podem ser as bases de políticas sociais criadoras de riqueza e de oportunidades económicas e de bem-estar social. Mas a adopção dessas políticas implica assumir que os velhos têm utilidade

social, económica, qualificável e cultural, e que podemos apreender com eles (Capucha, 2014).

As estatísticas e as previsões evidenciam que vivemos em países quase só velhos; no entanto o estilo de vida dá escasso lugar aos velhos. Vivemos numa época que predomina a imaginária eterna juventude, desvalorizando-se e muito a condição dos idosos (Rosa 2012, Sibilia, 2011 e Mendes, 2011).

Uma sociedade em que a humanidade caminha para outra idade; a do conhecimento (Almeida 2006). O conhecimento torna-se o principal recurso e único que escasseia. Sendo que a “nova” economia do conhecimento vai depender profundamente dos trabalhadores do conhecimento. A sociedade do conhecimento é uma sociedade de velhos e novos e não uma sociedade de patrões e subordinados (Drucker, 2012).

A temática pensar a sociedade do amanhã, é construí-la, imaginá-la, significa reflectir sobre o que somos, o que queremos ser e poderemos ser, o que queremos legar aos nossos filhos e netos. Opções a colocar num futuro que começa no presente, de modo a construir presentes que possam ter futuro. Se é certo que o futuro ficará mais velho, não é menos verdade que esse futuro tenha de ser uma inutilidade, transformada num peso morto da sociedade.

O objectivo do presente estudo é analisar em que países a percentagem da população com 65 ou mais anos está positivamente (ou negativamente) associada à taxa de crescimento do produto interno bruto *per capita*.

O trabalho divide-se em três capítulos. O primeiro capítulo começa por falar do envelhecimento na sua dimensão global, dos cenários e projecções demográficas; segue-se um ponto destinado ao envelhecer hoje - a sociedade e os idosos, o modo como a sociedade trata os idosos, fazendo-se referência à discriminação e ao idadismo e questionando-se o que é ser idoso e qual o papel da família; Um último ponto focaliza-se na economia do conhecimento, nomeadamente na geração do *baby-boom*. O capítulo dois incide na questão dos desafios da longevidade - questões económicas, sociais, éticas, mercado de trabalho, protecção social e finanças. Finalmente, o capítulo três aborda o processo metodológico e exposição do objectivo da investigação. De seguida faz-se a apresentação e discussão dos resultados do estudo.

Conclui-se que, dos países considerados, somente na Suíça e na Noruega há uma relação positiva entre a taxa de crescimento do produto interno bruto *per capita* e a percentagem da população com 65 ou mais anos. Portugal é claramente o país em que o envelhecimento mais tem penalizado o crescimento económico.

CAPÍTULO I. CONCEITOS E LITERATURA EXISTENTE

I.1. O envelhecimento

Desde a antiguidade clássica até aos nossos dias, o envelhecimento tem sido motivo de reflexão dos homens. *“Ao longo dos tempos, o conceito de envelhecimento e as atitudes perante os idosos têm vindo a mudar e reflectem, por um lado, o nível de conhecimentos sobre a fisiologia e anatomia humanas e, por outro lado, a cultura e as relações sociais das várias épocas”*(Paúl & Fonseca, 2005, p. 21).

Antes de mais, pode definir-se o envelhecimento como o conjunto de processos que o organismo sofre após a sua fase de desenvolvimento. Trata-se de um processo de degradação progressiva e diferencial, impossível de datar o seu início, pois *“nem todos os órgãos e funções psicológicas envelhecem ao mesmo ritmo”* (Fontaine, 2000, p. 15).

Os efeitos do envelhecimento não são homogéneos, variam de pessoa para pessoa, cada pessoa enquanto ser bio-psico-sociocultural, vai percorrer um caminho único ao longo de toda a sua vida. Cada grupo de pessoas, como as mulheres, os homens, os indígenas, os analfabetos, os urbanos e rurais tem necessidades e interesses específicos. É essencial não padronizar as pessoas como uma única categoria, mas reconhecer que a pessoa mais velha é tão diversa como qualquer outro grupo etário, em termos, por exemplo de idade, sexo, etnia, educação, saúde. Segundo Fontaine, *“as pessoas idosas são muito diferentes”* (2000, p. 15), assim há *“velhices”* e não *“velhice”*. Expressando as palavras de Paul (1997, p.21), *“depressa nos apercebemos de que há idosos e idosos e mais ainda de que qualquer deles carrega consigo um enorme peso correspondente a toda a sua história de vida, determinada quer pelo seu património genético, quer pelo seu património psico-social”*.

I.2. Cenários e projecções demográficas

A 31 de Outubro de 2011, a população mundial atingiu um marco histórico, com o nascimento do bebé sete mil milhões de habitantes. Contudo, o tema *“envelhecimento demográfico”* é cada vez mais habitual nas conversas ou pensamentos quotidianos de todos nós, quer a nível nacional, europeu e até mundial.

A população global em 2050 será consideravelmente mais velha e mais numerosa. Entre 2010 e 2050 prevê-se que os grandes perdedores demográficos serão a Europa, o Japão e a China. O Japão será a sociedade mais idosa; em 2050 terá o mesmo número de dependentes e de adultos em idade activa, com uma idade média de 52.3. A China, em resultado da política do filho único, está a envelhecer a uma velocidade sem precedentes. Em 2020, a China será mais velha do que os EUA e em 2040 será ainda mais idosa do que a Europa. Esta situação determinará o fim da mão-de-obra barata. Em relação à Europa, não haverá diferenças significativas e será a segunda região do globo mais envelhecida (Parker, 2013).

Osório e Pinto (2007, p. 7), referem que *“um dos acontecimentos mais importantes do século XX até aos dias de hoje é o processo de envelhecimento da sociedade”*. De uma forma muito simples, entende-se por envelhecimento demográfico a diminuição do peso dos jovens e o aumento do peso dos idosos (pessoas idosas de 65 anos e mais anos de idade) no total da população.

A figura da pirâmide etária irá transformar-se num “cogumelo”, com uma base estreita, um corpo central cada vez mais largo e a parte superior com uma amplitude maior do que a da base, sendo que o crescimento mais rápido será o das pessoas com idade igual ou superior a 80 anos. Esta transição demográfica deve-se, essencialmente, à quebra acentuada da taxa de natalidade e ao aumento da esperança de vida.

Segundo os censos de 2011, o índice sintético de fecundidade (avalia o número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil dos 15-49 anos idade) de Portugal em 2010 era de 1.37 filhos por mulher, sendo geralmente considerado o número de 2.1 a taxa de substituição de fertilidade.

Na perspectiva de Parker, (2013) em todos os países da União Europeia (UE) e mesmo em muito dos países de África são esperadas taxas de fertilidade abaixo da taxa de reposição de 2.1, no período de 2060. A título de exemplo, a taxa de fertilidade do Brasil descerá para 1.7 em 2050; a da Etiópia, agora em 3.9, cairá para 1.9. Esta será possivelmente a primeira vez na história da humanidade em que a taxa global será igual ou inferior a 2.1. Em todas as gerações anteriores, quando a população estava estagnada ou a decrescer, a taxa de fecundidade era elevada, mas equilibrada por uma taxa de mortalidade ainda mais alta. Será necessário uma ou mais gerações para superar a “inércia” populacional. O atraso é de cerca de vinte anos.

Em termos de esperança média de vida, os progressos da tecnologia biomédica e a consequente melhoria da qualidade de vida dos cidadãos tiveram impacto na redução da

mortalidade. Em 1960, em Portugal, a esperança média de vida era de 60.7 anos e 66.4 anos para homens e mulheres, respectivamente. No triénio 2009-2011 a esperança média de vida à nascença foi de 76.47 anos para os homens e os 82.43 anos para as mulheres (INE, 2013).

De acordo com as projecções da Comissão Europeia no relatório “*The 2012 Ageing Report*”, a expectativa de vida à nascença na UE para os homens, é de 76.7 anos em 2010 para 84.6 anos em 2060. Para as mulheres passa de 82.5 anos em 2010 para 89.1 anos em 2060. Sendo que a expectativa de vida à nascença para os homens será ligeiramente superior à das mulheres, registando-se conseqüentemente uma tendência de convergência para ambos os sexos.

Os índices demográficos apurados pelos censos de 2011 apontam para o envelhecimento acelerado da população. A tabela nº 1 apresenta os respectivos indicadores demográficos.

Tabela nº 1 : Indicadores demográficos

Indicadores demográficos	2001	2011
Índice de envelhecimento	12.33	127.84
Índice de longevidade	41.42	47.86
Índice de rejuvenescimento da população activa	143.05	94.34
Índice de sustentabilidade potencial	4.14	3.47

Fonte: INE, Censos 2011

Em 2011, o índice de envelhecimento da população era de 128, o que significa que por cada 100 jovens existiam 128 idosos. O índice de longevidade, (relaciona a população com 75 ou mais anos com o total da população idosa com 65 ou mais anos) era, em 2011, de 48, face a 41 em 2001 e 39 em 1991. Em relação ao índice de rejuvenescimento da população activa em 2011, este era de aproximadamente 94, ou seja, por cada 100 pessoas que saíram de mercado de trabalho, entraram apenas 94. Este indicador agravou-se na última década, face à década anterior a qual assumiu o valor de 143, o número de pessoas a entrar no mercado de trabalho era, portanto, significativamente superior ao número de pessoas que saía.

Uma consequência desta trajectória é a queda do índice de sustentabilidade potencial ou seja, a relação entre a população potencialmente activa (15-64) e a

população idosa (65 ou mais): em 2011, o número de pessoas em idade activa por cada pessoa idosa está em 3.47, em 2001 estava nos 4.14 e em 1981 nos 5.5.

Os cenários demográficos até 2050 constam do estudo do Instituto Nacional Estatística denominado “*Projeções de População residente em Portugal: 2008-2060*”, publicado em 2010. De sublinhar que os resultados disponíveis reportam-se a quatro cenários. “*O cenário central, que conjuga um conjunto de hipóteses consideradas como mais prováveis face aos recentes desenvolvimentos demográficos, o cenário baixo, o cenário elevado e um cenário sem migrações, este último com objectivos de comparação com os restantes cenários.*” (p 5).

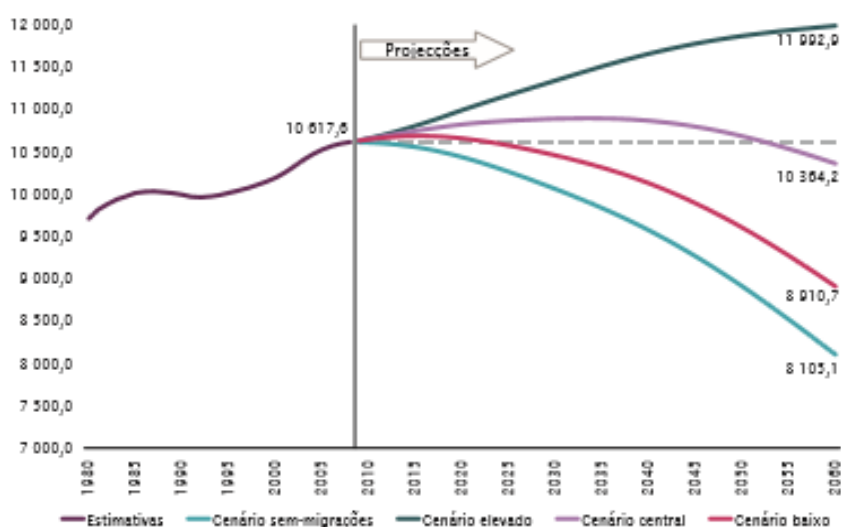
As projecções apontam para a continuidade do envelhecimento demográfico (resultado da redução da população jovem e aumento da proporção da população idosa), sendo expectável o aumento do índice de envelhecimento demográfico e o decréscimo do índice de sustentabilidade potencial. Em 2060 e na perspectiva do cenário central, existirão 271 idosos por cada 100 jovens; em 2009 os valores eram de 116 idosos por cada 100 jovens.

Em qualquer dos cenários considerados, a população com mais de 65 anos de idade duplicará, passando de 17.4% em 2008 para 32.3% em 2060. A percentagem dos jovens (menos 15 anos) irá reduzir-se de 15.3% em 2008 para 11.9% em 2060, assim como a população em idade activa (de 67.2% para 55.7%). Os resultados indicam a redução dos subgrupos etários “15 a 24”, “25 a 39” e “40 a 54”, em oposição ao aumento da proporção do grupo etário “55 a 64”, o que contribui para o envelhecimento da população em idade activa.

O INE prevê novos fluxos migratórios com vantagem para o número de imigrantes. Mas, mesmo os saldos migratórios positivos e os níveis de fecundidade mais elevados não serão suficientes para moderar o envelhecimento demográfico.

A figura nº 1 apresenta a evolução dos cenários demográficos até 2060, com as estimativas e projecções da população (em milhares) residente em Portugal 1980-2060

Figura nº 1 : Projecções população residente em Portugal: 2008-2060



Fonte: INE, Projecções população residente em Portugal: 2008-2060

As projecções demográficas de 2010-2060 do estudo da Comissão Europeia, “*The 2012 Ageing Report*” indicam, em 2060 uma população de 14% de jovens (0-14). A população com idade entre 15-64 anos será substancialmente menor, passando de 67% para 56%. Os com 65 ou mais anos passam de 17% para 32%. A população com 80 ou mais anos irá aumentar de 5% para 12%. A percentagem da população com 80 ou mais anos será análoga à população jovem (0-14).

Como resultado destas tendências, duplica o rácio da dependência dos idosos na UE. Ao longo do período da projecção, a proporção demográfica de dependência dos idosos, ou seja, a população com 65 ou mais anos em relação à população 15-64 anos aumentará de 26% para 52.5%. Isto implica que a UE deixa de ter quatro pessoas em idade activa por cada pessoa com 65 ou mais anos, para passar a ter apenas duas pessoas em idade activa. O rácio total da dependência (população 0-14 e com 65 mais anos sobre a população 15-64) passa de 49.3% em 2010 para 77.9 em 2060.

Os Anos Europeus e as projecções convidam-nos a ver o futuro, que tem de começar a ser construído “hoje”. As projecções de longo prazo dão-nos em geral uma visão actual da estrutura etária da população nas próximas décadas. Fornecem uma indicação de calendário e escala das mudanças económicas que resultam do envelhecimento da população, de forma a alertar os decisores políticos sobre os desafios políticos e económicos imediatos e futuros colocados pelas tendências demográficas.

O crescimento do envelhecimento populacional tem merecido a preocupação da ONU. Desde a segunda metade do Séc. XX que a ONU começou a abordar a situação

das pessoas idosas na sociedade, tendo levado a cabo várias acções, sendo o último o Ano Europeu em 2012 *sobre Envelhecimento Activo e da Solidariedade entre as Gerações*.

A declaração do conselho sobre o Ano Europeu do Envelhecimento Activo e da solidariedade entre gerações transmite a necessidade de criar uma cultura de envelhecimento activo na construção de uma sociedade para todas as idades, numa perspectiva de coesão intergeracional e de sustentabilidade. A sensibilização do contributo dos mais velhos na participação da vida social, económica, cultural e cívica, assim como o direito dos idosos a terem uma vida digna e independente, são aspectos essenciais da declaração.

Ora, os números não resolvem problemas, mas ajudam a despertar a tomada de consciência de cada um, a reflectir e colocar questões fundamentais que dizem respeito a todos nós directamente, seja qual for a idade, o sexo e a origem social. Pessoas que vivem num espaço/tempo concreto: uma sociedade. Definir o que é uma sociedade e como refere Drucker (2012, p.19) *“é tão impossível como definir a vida. Estamos tão próximos dela que as características fundamentais se diluem por detrás de uma massa complexa e desconcertante massa de pormenores. Fazemos de tal forma parte dela que não conseguimos vê-la como um todo”*.

Neste contexto, a humanidade recebeu uma fabulosa “prenda”: a longevidade. Como utiliza e olha a sociedade para a fabulosa “dádiva” de quinze a vinte anos de vida? Qual a percepção do papel do idoso na sociedade?

I.3. A sociedade e os idosos. Envelhecer hoje

I.3.1. A discriminação e o idadismo

Nas sociedades tradicionais, de modo geral, as pessoas idosas eram tratadas com certa deferência, em virtude da sua experiência. Desempenhavam um papel de conselheiros na agricultura, na pastorícia e na caça; eram os professores das gerações vindouras; eram temidos, obedecidos, venerados; tinham um verdadeiro reconhecimento social.

Contudo, com a alteração da estrutura económica e a introdução da reforma, a transmissão do saber deixou de ser feita oralmente de geração em geração, retirando aos velhos a sabedoria acumulada ao longo da vida. Com o desenvolvimento do trabalho assalariado, a família perde progressivamente as suas anteriores funções de cuidador,

educativa e de “segurança social”, sendo estas responsabilidades cada vez mais da esfera pública do Estado. Hoje “*o estado social acompanha-nos do berço até à cova*” (Silva, 2013, p. 14). A consequência desta evolução reflecte-se inevitavelmente na vida dos idosos num contexto de desvalorização da velhice por oposição aos valores da juventude, força física e acção.

Nas sociedades contemporâneas, qualquer pessoa que seja chamado de velho fica perturbada. Os traços de velhice, as rugas e os cabelos brancos têm de sair e dar um aspecto de juventude. É disso exemplo o leque de oferta de produtos, tratamentos de beleza, SPAS’s, consultórios de estética, preservação das células estaminais e para a clonagem. Tudo é feito para o alcance da melhoria da vitalidade e da longevidade. Como refere Marques (2011, p. 45-46) “*Vivemos numa época que privilegia o “novo” e a mudança*” e “*tememos o declínio físico associado ao envelhecimento e, acima de tudo, a inevitabilidade da morte*”. Fez-se da juventude um valor de referência e da velhice a maldição a esconder.

A tendência geral, e apesar de cada vez mais pessoas beneficiarem de mais anos de vida e experimentarem até idades tardias uma boa qualidade de vida, sem doenças graves e problemáticas que condicionam a autonomia, é a depreciação das pessoas idosas. Osório (2007) frisa que o privilégio da “juvenilização” se traduz numa desvalorização do papel e função das pessoas idosas, restringindo-as a pessoas simplesmente passivas, tratando-se de um problema de dimensão social.

Por conseguinte, na realidade, há uma rejeição de tudo o que é velhice, sendo a velhice associada a uma “segunda” infância. São vários os exemplos de imagens associadas ao envelhecimento, assim como doença, depressão e incapacidades. De forma geral, as pessoas idosas são vistas com fraco poder de iniciativa, incapazes de desenvolverem novos projectos, inflexíveis, resistentes à mudança, desmotivadas em planear o futuro e desinteressadas pela sexualidade. Estas e outras falsas ideias transformam-se rapidamente em preconceitos e mitos (Fonseca, 2012).

Convém referir que esta classificação não é feita de modo isolado, mas do modo como a sociedade normalmente concebe as representações que lhe estão associadas. Uma vez transmitido culturalmente que as capacidades dos idosos vão declinando com o envelhecimento, facilmente as representações e preconceitos são enraizados, iniciando-se logo nos “bancos da escola”. Este tipo de atitudes negativas e práticas negativas generalizadas em relação aos indivíduos, tendo por base a idade cronológica,

designa-se por idadismo. O idadismo encontra-se presente em várias sociedades, entre as quais a portuguesa. (Marques e Lima, 2010).

O termo idadismo (em inglês *ageism*) surge em 1969, através de Robert Butler (procurava a explicação para as atitudes negativas de uma comunidade à construção de um empreendimento imobiliário para pessoas idosas), estando associado a estereótipos e à discriminação contra as pessoas apenas pelo facto de serem velhas. Com efeito, o idadismo reflecte os valores culturais e as práticas institucionais da sociedade, não se tratando de uma atitude negativa individual.

As atitudes idadistas, segundo Marques (2011), incidem em três componentes: emocionais (preconceito), cognitivos (estereótipos) e comportamentais (discriminação). Em algumas situações, o idadismo pode assumir formas subtis, disfarçadas por mensagens aparentemente positivas, não aparecendo o negativo, sendo este o problema do idadismo. A discriminação social das pessoas idosas encontra-se presente em várias esferas da comunidade, trabalho, família, equipamentos sociais, saúde e meios de comunicação. Um dos exemplos mais flagrantes é o pictograma que representa a pessoa idosa, curvada e com bengala. Será que todos os idosos são assim?

Este e tantos outros exemplos contribuem para a diminuição da autonomia dos idosos, que se tornam cada vez mais apáticos e passivos, tendo grande influência sobre o modo como os idosos acabam por se comportar, “*se me tratam como um incapaz, é muito provável que me torne mesmo incapaz*” (Marques e Lima, 2010, p. 87).

Para Marques (2011), a razão do idadismo em relação as pessoas mais velhas encontra-se essencialmente na presença e interacção de três factores: (i) processo de categorização social por idades, (ii) a inactividade das pessoas idosas e a percepção de gastos com envelhecimento, e (iii) o predomínio da cultura da juventude.

Atendendo aos resultados do relatório II (amostra portuguesa) do estudo do idadismo na Europa, correspondente ao inquérito do módulo “Experiências e expressões de idadismo” realizado no âmbito do European Social Survey, em Portugal “*Em termos gerais, os resultados obtidos a partir destes indicadores parecem indicar um grau de idadismo moderado*” (Lima, Marques e Batista, 2011, p. 2). Ainda no âmbito do estudo do idadismo na Europa, destacamos alguns dados do relatório I (Lima, Marques, Batista e Ribeiro, 2010), que apresenta resultados de Portugal e outros países europeus. Em Portugal o idadismo atinge sobretudo as pessoas mais velhas. Noutros países como, por exemplo, o Reino Unido, o idadismo é direccionado sobretudo para as pessoas mais jovens. Portugal é quarto país europeu a considerar a discriminação etária como um

problema grave ou bastante grave (acima de 60% dos entrevistados), em consonância com os europeus. Em Portugal, a discriminação subtil (ocorre de forma implícita, por exemplo quando a pessoa é ignorada ou tratada com superioridade) é mais comum do que a flagrante (ocorre de forma explícita e manifesta-se, por exemplo, em insultos, abusos, ou recusa de prestação de serviços). Assim, a percentagem de pessoas discriminadas de forma subtil (falta de respeito) é de 17% e de forma flagrante (ser mal tratado) é de 15%. As percentagens aumentam consideravelmente nos inquiridos com mais de 80 anos: cerca de 31.6% já foi vítima de discriminação devido à idade.

Na grande maioria dos países europeus, as pessoas com mais de 70 anos tendem a ser vistas como mais simpáticas do que competentes (competência menos atribuída), suscitando pena e admiração. Situação semelhante ocorre em Portugal: as pessoas com mais de 70 anos são vistas com pena e admiração, acentuado o preconceito benevolente. Uma outra constatação a nível europeu é a de que há um autocontrolo da discriminação. Portugal é o país onde é dada mais importância ao auto-controlo do preconceito. Esta importância tende a diminuir à medida que a idade aumenta.

Os idosos são vistos como uma ameaça económica e um fardo para os serviços económicos. Dos entrevistados, 57% considera que os idosos pouco contribuem para a economia, e 49% pensa que são um fardo para os serviços públicos. As pessoas com mais de 70 anos são consideradas um grande peso para os serviços de saúde. Estas preocupações são também sentidas em Portugal. Os resultados evidenciam muito pouco contacto entre as pessoas dos diferentes escalões etários com as pessoas de um modo geral.

Ultrapassar estereótipos associados às pessoas idosas é uma advertência que consta no parecer “*As consequências económicas, sociais e organizacionais decorrentes do envelhecimento da população*” do Conselho Económico Social (CES), elaborado em 2013. Assim, no plano de acção encontram-se propostas políticas, recomendações tais como (p.19):

“A mudança da representação social do idoso será, no entender do CES, um dos pontos de partida e um dos maiores desafios em Portugal pois só assim se poderá promover o envelhecimento com dignidade e qualidade, ao nível da saúde, do trabalho, da família, da habitação, da vizinhança e da economia. (...)

“O CES advoga que a alteração da imagem negativa do envelhecimento deve ser trabalhada no contexto de mercado de trabalho, do sistema de saúde, do sistema de educação, do sistema de acção social e da comunicação social”.

I.3.2. O que é ser idoso

O que é ser idoso? Terá esta pergunta resposta? Poder-se-á dizer que se é idoso tendo em conta tudo o que essa palavra implica: cabelos brancos, rugas. Existem muitas definições sobre o conceito de idoso, o qual tem sido objecto de longa “discussão”. Segundo a OMS, considera-se como idosa uma pessoa com mais de 65 anos, ou mais de 60 anos se viver em países menos desenvolvidos. Tradicionalmente, o conceito de idoso encontra-se muitas vezes ligado à idade legal da reforma.

De acordo com Mauritti (2004, p.340), a definição do conceito idoso “conduz” a dificuldades conceptuais na delimitação da categoria, confrontando-se com duas visões distintas. Por um lado, na representação do idoso e velhice de forma negativa o idoso é visto como um ser humano frágil em situação de “*pobreza, isolamento social, doença e dependência*” em que o ciclo da vida torna-se num “*espaço social indiferenciado, não estruturado, sem integração ou oportunidades*”. Por outro, a representação do idoso e velhice é vista de forma positiva e em nada se enquadra à visão anterior. Segundo esta representação, a velhice é uma época de reflexão, de lazer, de liberdade. O idoso é considerado como “*potenciais segmentos específicos de consumos*”.

Os resultados do estudo do idadismo na Europa (Lima, Marques, Batista e Ribeiro, 2010) mostram que, em média, os europeus consideram que, por volta dos 40 anos, deixam de ser jovens e a terceira idade tem início aos 62 anos. Na Grécia e Chipre, as pessoas consideram-se jovens até aos 52 anos, já na Noruega a juventude termina por volta dos 34 anos. Em Portugal, em média, o fim da juventude é percepcionado aos 35 anos e a terceira idade tem início aos 66 anos. Relativamente à categorização da idade, 31% dos entrevistados auto-categoriza-se como sendo jovem, a maior parte (51%) como pertencendo à meia-idade (ente 25-49 e 50-64) e 18% como sendo idoso. Tal como os europeus, em Portugal 46% dos entrevistados auto-categoriza-se como pertencendo ao grupo de meia-idade.

Uma vez que o tempo passa por cada um de forma diferencial, irreversível, desde o primeiro segundo de vida, ninguém sabe quando ocorrem os sinais de envelhecimento, se aos 50 anos, aos 60 anos, aos 70 anos. Assim, uma pessoa de 70 anos é diferente de uma de 80 anos, devido às suas experiências e ao modo como percepciona e vive a realidade. À medida que ocorre o envelhecimento, as pessoas tornam-se mais distintas entre si, como refere Paul (2005, p. 26), “*a variabilidade*

interindividual dos idosos é superior à verificada noutros grupos etários”, sendo uma noção chave no processo de envelhecimento.

Cabral (2009, p. 5) numa entrevista e quando questionado “*Com que idade é que alguém passa a ser velho?*” respondeu “*são as pessoas que vão dizer*” a partir de que idade é que julgam serem velhas. Considerou que ser velho “*é uma objectivação socialmente produzida*”(…) “*há pessoas com 60 anos que estão doentes, acabadas. Eu tenho um tio de 85 que vai à província e volta e guia a 120 quilómetros por hora. Em Portugal há pessoas reformadas com 50 anos e outras com 70 que continua a trabalhar... Eu tenho 69. E não me sinto velho. Por lei, aos 70, sou obrigado a reformar-me. Mas não me sinto velho. Mesmo ao espelho*”. Ser velho “*não é subjectiva, é social.*” Evidentemente que o processo de envelhecimento conduz a um processo degenerativo, mas não implica sistematicamente a anulação das capacidades.

Os valores culturais e as tradições determinam, numa larga escala, como a sociedade encara as pessoas e o processo de envelhecimento. Os valores hoje transmitidos são pautados pela juventude, reflectindo-se comportamentos do movimento, do prazer, do bem-estar, do individualismo, da independência. O idoso colocado fora do mercado de trabalho é socialmente marcado por uma inactividade, convertendo-se num mero consumidor passivo, improdutivo, marginalizado e com fraca possibilidade de participação. A sociedade civil determina os 65 anos como o fim de uma vida útil e activa, mas “*nada ocorre aos 65 anos, precisamente aos 65 anos, nem biológica nem psicologicamente para que se utilize essa idade como fronteira de diferenciação social., em que para trás o individuo é útil, válido e responsável, e daí para a frente vê-se rejeitado ou pelo menos marginalizado por uma sociedade competitiva para a qual deixou de ter valor*” (Fonseca, 2006, p. 186). Na perspectiva de Rosa (2012), o significado social atribuído à idade é um dos bloqueios das sociedades actuais. Conforme a classificação de jovem, adulto e idoso será esperada uma participação, um valor social, independentemente das suas capacidades reais. O jovem estuda, o adulto é empregado activo e o velho é reformado, em que “*pouco ou nada está previamente definido acerca daquilo de que é esperado de quem se reforma ou qual a imagem correspondente a um “bom reformado”*” (Fonseca, 2011, p. 11). Habitualmente, a reforma está conotada com a velhice. Este pensamento vem esbater-se na idade da reforma.

Segundo Drucker (2012, p.22) a ausência de função e estatuto social afasta o individuo da sociedade, não havendo possibilidade de interferência da sua parte. A

sociedade decide sobre a sua própria vida, sobre o seu próprio sustento e até a sua felicidade, ficando “*como se estivesse dentro de um quarto desconhecido, de olhos vendados, participando num jogo cujas as regras desconhece*”. Como exemplo, poderíamos questionar qual o grau de participação das pessoas com mais de 65 anos num plano gerontológico.

Nas palavras de Fonseca (2004, p. 33), olhar a pessoa idosa é, “*simplesmente... como uma pessoa, com direitos e obrigações, com alegrias e angústias, com desejos e frustrações, enfim exactamente como uma criança, um jovem, um adulto, ou seja, um ser humano que vive a sua condição existencial à semelhança de qualquer outro*”.

O envelhecimento da população e as alterações demográficas têm implicações nas relações intergeracionais, tanto nas que se estabelecem no seio da família, como na sociedade. Analisemos de uma forma sucinta o contexto da sociedade e da família.

I.3.3. A família

À medida que o Séc. XXI se desenrola, as inovações fervilham e vão longe os tempos dos paus, das pedras, dos metais serem instrumentos preciosos à sobrevivência humana. Vivemos hoje num tempo de mudanças, muitas das quais nos apanharam de surpresa. Nos últimos trinta anos nada ficou como dantes: da roda à máquina a vapor, até à alta tecnologia, “imigrámos” dos campos verdejantes deixando o olfacto das flores silvestres para os jardins de betão e cimento, “snifando” quantidades elevadas de monóxido de carbono. Para escrever e fazer contas há um programa inteligente que o faz por nós. Não precisamos de sair de casa para fazer amizades, basta carregar num botão. Chegamos a casa cansados, restando algumas horas para dispor quase sempre frente a um aparelho de TV. O nosso serão é saltitar de canal em canal. Em escassos minutos estamos a par de tudo o que se passa nos mais recônditos sítios da humanidade, fazendo com que pareçamos ter o dom da ubiquidade, de estarmos aqui, ali e praticamente em todo o lado.

Num contexto global, a sociedade está a mudar, assim como a família. Operam-se fortes mudanças que levam a repensar os laços de solidariedade que tradicionalmente vigoravam na história do século passado. O papel tradicional “chapéu-de-chuva” da família poderá tornar-se incompatível com as transformações em curso. Os agregados familiares, em geral, estão mais absorvidos pela vida profissional, delegam a guarda e a

educação das crianças, os cuidados de familiares doentes e das pessoas mais velhas aos saberes dos profissionais de instituições, como as escolas, os lares e os hospitais.

No que respeita às estruturas familiares e, face ao atravessar da crise no país, surge a “família sanduiche”; ou seja, casais em plena actividade profissional, acolhem os seus pais (com maior longevidade e a precisarem de apoio) e os filhos com maior idade (que não encontram emprego e abandonam a casa materna cada vez mais tarde). Contudo e segundo a leitura dos censos 2011, a dimensão das famílias baixou: em 2001 situava-se em 2.8, enquanto em 2011 era de 2.6. Continua a ser predominante a família de “casal com filhos”, mas em queda, face ao registado em 2001 (de 57% recuou para 50% em 2011). Nas relações pais-filhos, verifica-se nos filhos menores o abandono do papel discreto e submisso do passado, com uma multiplicidade de ligações ao exterior, alterando assim a dinâmica familiar.

Há mais divórcios e uniões de facto, bem como famílias monoparentais e casais do mesmo sexo, casamentos mais tardios, nascimento do primeiro filho em mães com idade mais avançada. O índice de fecundidade encontra-se num nível de 1.37 filhos por cada mulher, o que “denuncia uma sociedade que se arrisca a ser identificada maioritariamente como de “filhos únicos” (Justino, 2013, p. 227). Estamos, assim, perante um desafio: as famílias sem filhos, hoje cuidadoras dos seus familiares mais idosos poderão não ter quem cuide delas no futuro quando precisarem.

Com a desintegração, a diminuição de famílias, a fugacidade do tempo, a própria maneira de ser do indivíduo que procura o sucesso profissional, o seu interesse, uma vida que seja sua “eu sou eu”, em que o “eu” está mais livre de laços comuns, acentua-se a individualização e a existência de pessoas que carecem de um contacto regular com outras pessoas.

De acordo com os censos de 2011, o número de pessoas que vive só aumentou. Em 2011, residiam em Portugal 10.562.178 pessoas, das quais 866.827 residiam sozinhas, sendo que 406.942 (cerca de 47%) eram idosos. Deste conjunto de idosos que vivem sós, 241.452 (cerca de 59%) têm 75 ou mais anos. A morte do cônjuge, familiares e amigos, as distâncias físicas da família, a emigração dos mais jovens, a reforma, as perdas profissionais e sociais podem fomentar sentimentos de solidão. Segundo Paul (2012), o sentimento de solidão repercute-se negativamente no bem-estar subjectivo e na saúde física mental das pessoas idosas, como é o caso da depressão. A OMS prevê que a depressão seja o primeiro factor de morte em 2030. Escapar à solidão será uma das grandes “batalhas” dos próximos anos.

Ao longo do processo de envelhecimento, o curso de vida conhece mudanças. Como convive a sociedade com estes avôs e avós em estado de boa saúde e mesmo em plena forma? Como proceder com estas legiões de seniores cheios de vitalidade “*nós não somos velhos! Nem sequer nos sentimos idosos!*” (Simonnet, 2006, p. 12).

I. 4. A economia do conhecimento. A geração do baby boom

Uma sociedade muito diferente da sociedade do Século XX, em que grande parte da sociedade já existe, e não haverá precedentes (Drucker, 2012). Com uma terceira idade que vem intercalar-se entre a maturidade e a velhice, carregada de “riquezas” que não se aprende na escola, como a sabedoria, a prática, a competência, os frutos da vida que só os anos permitem acumular.

Com progressos tecnológicos avassaladores, centrados na tecnologia da informação e da comunicação (TIC), na engenharia genética, dos quais, Castells (2002) destaca a internet como o meio mais poderoso da revolução tecnológica. A informação desloca-se com facilidade e rapidez, tornando-se acessível a todas as pessoas, proporcionando mais conhecimento e saber. Assim, a tecnologia da informação exerce um efeito importante pois permite que o conhecimento se dissemine quase instantaneamente. Segundo Almeida (2006, p.136) a informação tornou-se uma das palavras-chave do momento actual da história do homem, de forma que “*a Humanidade caminha para uma outra Idade, a do conhecimento*”. Também para Drucker (2012, p. 309) “*a sociedade que se segue vai ser uma sociedade do conhecimento*”, sendo que “*o conhecimento vai se o recurso chave e os seus trabalhadores serão o grupo dominante na sua força de trabalho*”.

Num futuro próximo começaremos a ter falta de altas qualificações, numa sociedade altamente competitiva, em que as actividades geradoras de riqueza começam a estar cada vez mais centradas na «tecnologia» e na «inovação». Os grupos sociais que vão liderar serão pois os “trabalhadores do conhecimento”. Como defende Drucker (p. 310) “*esta nova economia do conhecimento vai depender, profundamente dos trabalhadores do conhecimento*”, ou seja, dos profissionais que sabem como aplicar a informação baseada no conhecimento e aplica-la à produção. A informação, o conhecimento enquanto saber, que se pode operacionalizar, torna-se um recurso essencial não só para a sociedade em si, crescentemente complexa e com novos problemas e desafios, como para a produtividade, competência e profissionalismo do

próprio indivíduo. As profissões de dirigentes, intelectuais e científicas tendem a proliferar, de acordo com Druker (2012, p. 310), “o crescimento mais notável irá verificar-se nos “tecnólogos do conhecimento”: técnicos informáticos, designers de software, analistas em laboratórios clínicos, técnicos industriais, auxiliares jurídicos”. Observa ainda que “a sociedade do conhecimento é uma sociedade de seniores e juniores e não uma sociedade de patrões e subordinados” (p. 324). O conhecimento é um valor que não é concorrencial, nem esgotável e é maior quanto maior for o número de indivíduos que o detêm. E tornar-se-á “o principal recurso e único que escasseia” (p. 324). Para Rosa (2012) e Madeira (2012), a sociedade que tirar real proveito deste “capital” humano, é uma sociedade inteligente.

A literatura indica que o perfil sociológico do idoso contemporâneo de Portugal, caracterizado por um desfavorecimento social, agravado não só pela idade, como pelos baixos níveis de rendimento, elevada iliteracia, baixo consumo cultural e de actividades de lazer, tenderá a modificações significativas no sentido de uma evolução positiva. Haverá mais idosos, não só em maior número como mais velhos, mais saudáveis, esclarecidos e reivindicativos, resultado de um nível mais elevado de formação e de capacidade económica, cultural e social (Machado, 2003).

Assim, no contexto de mudança há que salientar a geração *baby-boom*. Os membros da geração *baby-boom* estão à porta da idade da reforma (alguém nascido em 1946 fez 65 anos em 2011). Esta geração de reformados será consideravelmente mais saudável e mais longeva, apresenta características (académicas, profissionais, sociais, sanitárias, entre outros) muito distintas das gerações anteriores. Considerada a geração dos inconformados, sempre com soluções para todos os problemas. Trocaram os velhos paradigmas por novos, a proibição sexual foi substituída pela revolução sexual, deixaram crescer o cabelo, destruíram a mente com psicadélicas, entre outros. É também chamada a geração do pós guerra, considerada a geração que mudou o mundo.

A esta geração estão associados os principais acontecimentos mundiais, tais como a ida do homem à lua, o capitalismo, o consumismo, o *rock and rol*, a contestação política e social, os movimentos pela paz, a guerra do Vietname, a guerra fria, a comida rápida, o feminismo, a ideologia libertária e os direitos civis. A estes acontecimentos associam-se outros nomes e factos como Martin Luther King, Watergate, Spielberg, Versace, cartões de crédito, crédito ao consumo e petróleo.

Com efeito, os membros da geração *baby-boom*, tendem a pensar de modo diferente e a ter expectativas diferentes das gerações anteriores, e “*recusam-se a aceitar*

as crenças padronizadas pela velhice” (Robinson, 2013, p. 12) Eis algumas questões: “*Quem diz que temos que envelhecer da maneira dos nossos pais? Quem diz que o corpo tem de envelhecer da forma que aceitamos como inevitável? Quem diz que o corpo tem sequer de morrer? O que é uma doença incurável?*” (p. 12). No futuro haverá mais idosos que serão mais educados e exigentes e não dispensarão as tecnologias, não tolerarão respostas massificadas às suas necessidades, exigirão recursos especializados de apoio, sofisticados e humanizados, apelando às boas práticas profissionais, constituindo um desafio aos profissionais que trabalham nesta área (Paul, 2005). Na mesma linha de pensamento, Fernandes (2001, p. 42) destaca a necessidade de apoios médico-sociais mais sofisticados e diversificados, considerando que “*Caminhamos seguramente para uma sociedade diferente da que conhecemos até agora e onde os padrões institucionais de actuação terão que se adequar às mudanças indeléveis proporcionadas pela revolução silenciosa*”.

Este parece ser um facto pertinente, principalmente porque, por um lado, reflecte-se no aumento do número de reformados e na pressão financeira do estado providência e, por outro lado, constitui um desafio à modificação do perfil de cuidados de saúde e ao próprio processo de envelhecimento.

Capítulo II. DESAFIOS DA LONGEVIDADE

II.1. Questões económicas, sociais e éticas

Tendo em conta as recomendações dos fóruns internacionais, o envelhecimento não é um problema, mas sim uma conquista, que oferece oportunidades e desafios. Como salienta o relatório do “*Fundo das Nações Unidas*” para a População, “*Envelhecer no século XXI: Uma celebração e um desafio*” (2012).

O envelhecimento é um triunfo do desenvolvimento. O aumento da longevidade é das maiores conquistas da humanidade. As pessoas vivem mais tempo, graças a uma melhor alimentação, saneamento, avanços médicos, cuidados de saúde, educação e bem-estar económico. As oportunidades e contribuições oferecidas pelo envelhecimento da população são imensas. As pessoas mais velhas contribuem para a sociedade, com conhecimentos, aptidões e experiência de vida e com forças de trabalho, como voluntários, consumidores e contribuintes. Oferecem uma variedade de serviços não

remunerados e muitas vezes invisíveis para a família e a comunidade e desempenham um papel na formação das capacidades das gerações mais jovens.

O envelhecimento da população apresenta desafios para os governos, empregadores, sociedade civil, comunidades, famílias e até para os próprios idosos. A nível individual trata-se da pessoa ser actuante e protagonista da sua própria vida. Não ficar “desligado” da vida activa, ter projectos apaixonantes, actividades estimulantes, continuar vivo com curiosidade. Tudo isto favorece a longevidade e retira as pessoas da tristeza, da depressão. De modo geral, a possibilidade de ter uma velhice activa e um envelhecimento saudável é um “treino” que começa cedo. Como refere Serrão (2012, p. 66), *“para sermos craques aos 80 anos, temos de treinar muito durante toda a vida, começando ali nos sub-20”*. Este “percurso” individual depende também das medidas, das reformas políticas, económicas, sociais, de todas as partes interessadas (governos, sociedade civil, sector privado, comunidades, famílias) de modo a adaptar a sociedade ao número crescente de pessoas idosas. É por isso, necessário uma cultura que garanta a inclusão social das pessoas mais velhas e reconheça o seu contributo para a economia e a sociedade e não as discrimine com base na idade.

Não obstante aos desafios de vária natureza de uma sociedade a envelhecer, o grande desafio será permitir que as pessoas morram o mais tarde possível. Mas, acima de tudo, que vivam uma velhice bem-sucedida (Fontaine, 2000). Para Fontaine, o desafio da velhice bem-sucedida deverá reunir três condições: reduzida probabilidade de doenças, em particular as que levam à perda de autonomia; manutenção de elevado nível funcional no plano físico e cognitivo (velhice óptima); conservação do empenhamento social e bem-estar subjectivo. Envelhecer com dignidade e segurança, desfrutando da vida através da plena realização de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.

Para muitos, talvez a maioria, o mundo do empreendedorismo, das empresas, da Gestão e da Economia é frio, calculista, dominado pela concorrência e pela frieza dos lucros. A ideia preconcebida considera que, numa economia de mercado, quem não procede bem é eliminado, e quem é mais competente cresce, domina e adquire sucessivamente mais poder. No mundo ocidental, a preocupação social em geral e com os idosos em particular seria então desajustada e estaria, por isso, muito longe da realidade. Mas, quem estuda Economia e quem aprofunda casos de sucesso sabe que a análise fria e calculista não é rigorosamente verdadeira. Primeiro, os casos de sucesso – de empresas, famílias e/ou países – estão geralmente associados a valores que

ultrapassam a disciplina e a racionalidade económica. Depois, é claro que os grandes avanços económicos, financeiros e empresariais são explicados pela maior e melhor capacidade de gerar colaboração entre pessoas, empresas e organizações. Finalmente, é necessário reflectir sobre o contributo que os idosos podem dar para o crescimento económico, que é uma base indispensável para os avanços científicos, artísticos, culturais e sociais dos países.

Especificando um pouco mais, pode afirmar-se que o modelo económico de mercado da sociedade industrial e pós-industrial se centrou essencialmente na racionalidade, na produção e na eficiência. Os indivíduos considerados “menos produtivos”, eram excluídos para um “território” de inutilidade e dependência. Quando uma pessoa abandonava a vida profissional por atingir o limite de idade, apelidava-se de terceira idade, significando a perda do papel que desempenhava no processo de auto-produção material da sociedade. Este termo era utilizado no sentido de desvalorização da vida pós-activa, caracterizada normalmente por um período de recolhimento, de retirada das preocupações e compromissos da vida activa, num contexto de preparação para a morte. Nesta altura, os pós-activos tinham uma esperança de vida diminuta, condições de vida precárias, sem grandes solicitações da vida social, sendo as diferenças psicossociais insignificativas. Restava aos reformados, exilados da esfera social, esperar pela morte que não tardava muito.

Esta visão tradicional do envelhecimento, baseada em modelos conceptuais, que enfatizavam a noção de défice, descrevendo as pessoas como “incapazes” ou em risco de se tornarem incapazes, não se compadece com a terceira idade dos dias actuais, mais longa e mais saudável. O corpo populacional mudou, mas a sociedade não tem conseguido adaptar-se à realidade do envelhecimento, continuando presa a modelos disfuncionais herdados do passado. Persiste ainda uma “acomodação a certos pressupostos organizativos da sociedade, como retrata a expressão *“sempre foi assim”* (Rosa, 2012 p. 25). Com efeito, há necessidade de uma mudança na forma de pensar as pessoas (papéis, direitos e deveres) em sociedade. Para Arca (2007, p.275), *“É preciso educar a sociedade de modo a fazê-la compreender que a velhice é mais uma etapa da vida e um período cheio de possibilidades”*. Rosa (2012, p. 81) refere que, o *“problema da sociedade portuguesa não é o do envelhecimento da sua população mas antes o da incapacidade de pensarmos de modo diferente perante uma estrutura populacional que tem outros contornos, porque envelhece”*. Este é o desafio que está colocado à sociedade para que, com um pensar diferente, conduza a um agir diferente, se possa

organizar a fim de aproveitar no seu seio todas as capacidades que podem ser geradas pelo envelhecimento. Para Rosa (2012, p. 81) o “*O principal problema das sociedades modernas não é o futuro, é o passado*”.

O relatório da Comissão Europeia “*The 2012 Ageing Report*” (2012) sugere que a importância dos desafios irá depender de como as sociedades e as economias respondam e se adaptem às mudanças demográficas.

A sociedade, do ponto de vista da sua viabilidade económica, estava preparada para uma velhice de curta duração, dada a reduzida percentagem de idosos relativamente à população jovem, o que representava um saldo positivo da taxa de substituição. Os pensionistas raramente chegavam a usufruir da totalidade do montante da sua participação para segurança social, sendo uns bons financiadores do Estado.

A economia ver-se-á confrontada com um aumento contínuo do número de reformados. Numa altura em que a geração *baby-boom* começa a entrar na idade de reforma, a população activa começará a diminuir. As consequências passam, por um lado, pela pressão financeira sobre o Estado Providencia suscitada por uma maior percentagem de reformados sobre uma menor percentagem de pessoas em idade activa (15-64), o que levará repensar em novos modelos de sustentabilidade social. Por outro lado, poderá significar um abrandamento da taxa de crescimento do rendimento per capita e também do crescimento da economia como um todo.

Por sua vez, o envelhecimento populacional, e segundo o documento “*A Economia Portuguesa a Longo Prazo – um Processo de Cenarização*”(2011) do Departamento de Prospectiva e Planeamento, representa uma oportunidade para o futuro de Portugal, concretamente no sector do turismo. O clima temperado e seco, o golfe, as praias, a gastronomia, a localização geográfica, a segurança são alguns dos factores importantes para atrair turistas.

O envelhecimento tem ainda propiciado o aparecimento de nichos de mercado: Prestação de cuidados de saúde, *designs* industriais de produtos adaptados a terceira idade, operadores turísticos, marcas de cosméticos, empresas de telecomunicações, imobiliárias, são alguns dos exemplos de segmentos de mercado em ascensão.

De acordo com o comunicado da Comissão Europeia “*O futuro demográfico da Europa: Transformar um desafio em oportunidade*” (2006), são delineados de um modo geral dois grandes desafios: o primeiro refere-se ao impacto do envelhecimento demográfico no mercado de trabalho, na produtividade e no crescimento económico; o

segundo refere-se à protecção social e à sustentabilidade das finanças públicas. Propomo-nos, em seguida, fazer uma breve abordagem a cada um destes desafios.

II. 2. Desafios

II.2.1. Mercado de trabalho

Estima-se uma diminuição da taxa de crescimento do rendimento per capita e também do crescimento da economia como um todo, em virtude do abrandamento do crescimento da população activa.

A comissão europeia lançou em 2010 “*Estratégia Europa 2020*”, (2010, p. 1) afim de preparar a economia da EU para a próxima década, constatou que “*A Europa regista um défice de crescimento que compromete o futuro*”. Sugerindo algumas áreas fundamentais para o crescimento económico, como: um crescimento inteligente, de forma a desenvolver uma economia baseada no conhecimento e inovação; um crescimento inclusivo, propagando uma economia com altas taxas de emprego que garanta a coesão social e territorial.

Neste sentido, um dos objectivos da “*Estratégia Europa 2020*” (p.2) é “*aumentar as taxas de emprego, em que 75 % da população de idade compreendida entre 20 e 64 anos deve estar empregada*”. Modernização dos mercados de trabalho, novas qualificações e novos empregos são algumas iniciativas elencadas neste comunicado. Ora, o crescimento económico não passa apenas pela manutenção ou criação de postos de trabalho, mas também pela promoção efectiva da produtividade. De acordo com o relatório da Comissão Europeia “*The 2012 Ageing Report*”, a produtividade do trabalho vai ser o principal impulsionador do crescimento tanto na EU como na zona euro a partir de 2028.

Uma sociedade que envelhece, baseada no conhecimento, é especialmente importante desenvolver novas formas da gestão da idade. Os trabalhadores mais velhos serão uma parte importante da força de trabalho das sociedades face ao crescente número das próximas décadas. No entanto, a manutenção dos trabalhadores o maior tempo possível no mercado de trabalho requer reajustamentos, tanto por parte dos trabalhadores como dos empregadores. Os trabalhadores precisam de ter oportunidades tal como os mais jovens, para aprendizagem e desenvolvimento das suas competências ao longo da vida, para trabalharem se assim o desejarem. Os empregadores, por sua vez,

devem eliminar qualquer tipo de discriminação etária. Sobre este aspecto é importante observar que o trabalho não cause danos à saúde, seja adaptado às alterações que decorrem do processo de envelhecimento e seja uma fonte de auto-satisfação.

Em muitos países as pessoas mais velhas, ainda têm pouco peso no emprego em virtude de situações de discriminação no mercado de trabalho. Persistem alguns argumentos a favor da dispensa dos activos mais velhos. Existe uma ideia generalizada de que os trabalhadores mais velhos sejam menos produtivos. A literatura indica que a saúde e a capacidade física tendem a deteriorar-se à medida que envelhecemos. Contudo, há outras funções que melhoram com a idade. Por exemplo, o pensamento estratégico, a perspicácia, a sabedoria, a capacidade decisória, a capacidade de racionalização, o controlo da própria vida, a percepção holística e as competências linguísticas melhoram com a idade. São apontadas outras vantagens para as empresas reterem mão-de-obra com mais idade, nomeadamente, mais empenhados, comprometidos com o seu trabalho, leais para com o empregador, e raras vezes registam níveis de absentismo inferiores aos outros grupos etários.

Por conseguinte, poderão surgir situações em que a experiência do trabalho dos mais velhos contribua para criar mais riqueza e novos postos de trabalho. No entanto prevalece a ideia de que as pessoas com mais idade têm de sair do mercado de trabalho para dar lugar aos mais jovens. Segundo Kalache (2012), o idoso que trabalha ajuda a formar um capital que poderá oferecer trabalho aos mais jovens, paga impostos, está a ser produtivo, torna-se um valor acrescentado e deixa de ser um fardo para a sociedade.

O envelhecimento da população é resultado de importantes progressos sociais, entre os quais a maior qualificação. Como já havíamos referido, os idosos de hoje são mais instruídos e qualificados do que os do passado. Por exemplo a geração *baby-boom*, representa altos executivos, políticos e líderes, são a “camada” superior da administração pública e das empresas. A aposentação desta geração irá resultar num êxodo maciço de talento, como a experiência e liderança, tendo muito para oferecer às novas gerações.

O relatório da consultadoria Odgers Berndtson (2013) “*After the baby boomers. The next generation of leadership*” avalia o impacto da troca de liderança dos baby boomers e as gerações X e Y. alertando que, as organizações ainda não estão preparadas para da troca de liderança, 68% dos executivos admitem que as empresas em que trabalham ainda dependem muito dos líderes nascidos no pós-guerra. A grande diferença dos *baby-boomers* para as gerações X e Y são as atitudes em relação ao

trabalho. A futura geração tende a ser menos comprometida com a organização, a ter menos respeito e mais flexíveis nas aspirações das suas carreiras. Refere que, o conhecimento e a experiência desta geração é um enorme trunfo silencioso, apesar de não aparecer nos balanços, ajuda as empresas à vitória, a um aumento das vendas e das margens de lucro.

Sublinha que, os locais de trabalho de amanhã serão diferentes, a inteligência emocional será mais importante para o sucesso do que a capacidade tecnológica. Sendo que, a flexibilidade, o foco nas pessoas, a transferência inter-geracional do conhecimento, são os principais atributos para a sobrevivência das organizações. Uma das sugestões feitas no final do relatório, é a transferência de conhecimento, através de *coaching*, *mentoring*, sendo uma forma de preparar a nova geração de liderança.

Neste contexto, torna-se necessário não só passar as “sementes” do conhecimento, da experiência as gerações mais novas, (não quer dizer que os mais velhos não aprendam com os mais novos), mas também que, este relacionamento económico inter-geracional seja mantido e mesmo melhorando, para evitar uma rota de colisão e uma fractura entre as gerações, que ameaça a coesão social. Assim, para a promoção da competitividade económica, sustentabilidade financeira, e assegurar aos idosos uma velhice digna, activa de modo a evitar a pobreza e exclusão social, é essencial “*alcançar um pacto entre gerações estabelecendo um justo equilíbrio de expectativas e de benefícios de todas elas*” (Mendes, 2005, p. 6).

Caminhamos para uma sociedade onde, “*haverá uma inteligência exterior a cada homem singular; inteligência globalizante, actuante e disponível numa rede informática universal*” (Serrão, 2012, p. 221). A economia dir-nos-á calha bem, tenho precisamente necessidade de “*inteligência racional e emocional dos Seniores, contribua para essa inteligência global informática, com o seu capital precioso de sabedoria e de experiência de vida*”.

O relatório ao Conselho Europeu do grupo de reflexão sobre o “*Projecto Europa 2030-Deafios e oportunidades*”, publicado em 2010, destacando a necessidade de uma mudança sobre a percepção da idade da reforma. Actualmente a idade média de reforma na Europa é de 62 anos para os homens e cerca 60 anos para as mulheres. Face ao envelhecimento populacional, que ameaça a competitividade da economia e a sustentabilidade dos modelos sociais, o relatório apela que, “*as actuais práticas de reforma antecipada devem ser desencorajadas. A reforma deverá ser uma opção e não uma obrigação. A vida activa deve ser prolongada através do aumento da idade, tanto*

efectiva como legal, de reforma (p. 27). O relatório cita que, o desafio demográfico da UE, só será defrontado através de dois conjuntos de medidas: a estimulação das taxas de participação no mercado de trabalho e uma política de imigração.

Não obstante, não podemos deixar de citar Drucker (2012), observa que, o trabalho a tempo inteiro das nove às cinco da tarde, não irá fazer parte da força de trabalho dos funcionários com mais de cinquenta anos idade. Estes irão continuar a trabalhar, mas de diferentes formas, nomeadamente, a tempo parcial, como temporários, consultores, tarefas especiais. Por exemplo, às pessoas mais velhas com maior grau de competências e de formação poderá ser dada uma opção, um contrato em lugar da reforma. A empresa continuará a beneficiar do seu conhecimento, competência, e à pessoa idosa é dada a flexibilidade, liberdade que esperam e a que se podem permitir.

A este respeito vale a pena salientar os dados do relatório, “*Special Eurobarometer 378. Active Ageing*” publicado em 2012, solicitado pela Direcção Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão. Assim, no que respeita ao emprego, 61% dos inquiridos manifestou-se no sentido dos idosos continuarem a trabalhar mesmo depois da idade legal da reforma, caso este seja o seu desejo; Cerca de 65% apoia a combinação de juntar um trabalho a tempo parcial com uma pensão parcial como uma alternativa à pensão completa. No que concerne, a uma idade obrigatória para a reforma, a maioria dos europeus (53%) está contra. Relativamente a Portugal, apenas 42% dos inquiridos se manifestou a favor da continuação do trabalho depois da idade legal da reforma. Os portugueses discordam (42%), da ideia da reforma ser aumentada até 2030; em relação aos europeus são 36% os que discordam.

Ainda a este preposito o parecer final do Conselho Economico e Social (CES) “*Parecer de iniciativa sobre as consequências económicas, sociais e organizacionais decorrentes do envelhecimento da população*” sugere a necessidade de criar um período de vida activa, após o período de vida profissional, não só capaz de criar riqueza para o país e fazer funcionar a economia, mas também para que, os idosos sintam que são úteis e tem um papel activo na economia do País. Pelo que considera essencial promover o enquadramento político e legislativo adaptado às suas condições físicas e cognitivas. Observa ainda que, “*valorizar os contributos da população idosa – envolvendo o idoso na identificação das suas necessidades específicas e aspirações - significa reduzir custos sociais, económicos e financeiros*” (2013, p.19).

A CES adverte que se perspetive o crescimento da população idosa como uma oportunidade social, cultural e económica: Na esfera social, investir em estruturas

criadoras de capital social, promovendo a uma maior coesão comunitária, através de actividades com as diferentes gerações. Deste modo, possibilita aos idosos permanecerem activos e contribuem para a sociedade com seu conhecimento e experiencias; Na área cultural, o sector do turismo sénior e as academias e universidades seniores são âmbitos de crescimento; Na óptica económica, surgem novos desafios, nomeadamente, na inovação, numa melhor eficiência e eficácia de respostas e serviços a prestar a este grupo etário, assim como novos perfis de profissionais, e criação de emprego. A CES aconselha os decisores políticos a difundirem iniciativas no sentido de a sociedade admitir a “cidadania” dos idosos e incentivar à participação activa das pessoas mais velhas. Apelando, à necessidade de se introduzirem alterações nomeadamente nas políticas publicas da área social e da saúde com uma visão de médio e longo prazo. A mudança da representação social, ou seja, a modificação da imagem negativa do envelhecimento, será um dos maiores desafios de Portugal.

II. 2.2. Impacto na protecção social e nas finanças

A segurança social foi institucionalizada em contextos de uma demografia mais vigorosa do que a actual, lidando com populações jovens e com um crescimento das economias.

À medida que a geração *baby boom* se reformar e entrar no sistema de pensões públicas, haverá consequências na protecção social e nas finanças públicas, particularmente em resultado de duas tendências. Em primeiro lugar, a população activa diminuirá. Este facto terá implicações, como já referimos, para o futuro dos empregos e do crescimento na UE, assim como para a sustentabilidade da protecção social e dos sistemas de saúde, pois dado o cada vez maior desequilíbrio entre as despesas e as receitas provindas dos impostos e contribuições. Em segundo lugar, os custos com a saúde e cuidados pessoais irão aumentar, face ao aumento do número de pessoas com mais de 80 anos de idade.

Neste contexto, é, de facto, crucial conseguir assegurar a sustentabilidade do sistema de segurança social. Caso contrário, e segundo Mendes (2005, p. 1-2) o “*Estado de Bem-Estar a que estamos tão afeiçoados*” (...) “*ameaça ruir desde já*”, pondo em risco o “*modelo de vida confortável, longa e ociosa que nos parecia prometido pela história recente perde, com estes desenvolvimentos, os pressupostos demográficos e económicos que lhe davam viabilidade*”.

Na segunda metade do século XX, foi desenvolvido um conjunto de políticas sociais e de instituições de segurança social, colocando ao alcance dos cidadãos um sistema de protecção para colmatar as falhas do mercado, das famílias e das comunidades na protecção dos vários riscos sociais.

A mudança nas estruturas familiares e o desenvolvimento da economia desencadearam uma diminuição das actividades intrafamiliares - uma parte do que se fazia outrora no seio familiar, é hoje competência dos sistemas de protecção social.

Quando um ser humano nasce, a segurança social recompensa os encargos adicionais aos progenitores: a fim de prestar os primeiros cuidados ao recém-nascido, a segurança social liberta o pai e a mãe da vida profissional, subsidiando a licença de paternidade e maternidade; posteriormente apoia as famílias na educação de cada filho. Segue-se o apoio ao adulto, em situações de doença, desemprego e cuidados de saúde. Na reforma por velhice ou invalidez, a perda da remuneração de trabalho é compensada por prestações e complementos. A abordagem que o Estado faz da velhice remete para uma fase da vida dos indivíduos marcada por necessidades materiais e sociais e que determinam como objecto de políticas sociais específicas. Estas políticas visam sobretudo a regulação do acesso à pensão de velhice e os apoios específicos em equipamentos sociais, estando enquadradas nos princípios ideológicos do Estado Providência, em que o reconhecimento do direito à protecção na velhice é um direito universal de acesso a um nível de vida e de conforto mínimo.

Salientamos de seguida os direitos e benefícios concedidos às pessoas idosas apresentados no documento, “*A Protecção Social das Pessoas Idosas*”, do Instituto da Segurança Social (2014), dos quais destacamos: (i) Prestações da Segurança Social; (ii) Respostas sociais; (iii) Programas de apoio às pessoas idosas.

Existem apoios de carácter financeiro destinados a este grupo etário, que genericamente se denominam de pensões. Em breves palavras, os sistemas públicos de pensões em Portugal agrupam dois regimes: um que inclui os trabalhadores do sector privado e funcionários públicos registados desde 01 de Janeiro de 2006 (regime da Segurança Social) e outro que inclui os trabalhadores do sector público inscritos até 2005 (subsistema da Caixa Geral de Aposentações). O valor da pensão é determinado em função das contribuições feitas ao longo duma carreira contributiva para a segurança social.

O financiamento do sistema público de pensões em Portugal, como em boa parte dos países da OCDE, segue essencialmente a lógica do sistema de repartição, ou de

“pagando e andando”, (*pay as you go*) com base em diversos princípios, entre os quais, o princípio da solidariedade intergeracional, fundados em contratos implícitos entre gerações sucessivas. Os sistemas de pensões em Portugal são maioritariamente contributivos e financiados com base nas contribuições dos trabalhadores e entidades empregadoras, embora estejam previstas outras fontes de receita, entre as quais a afectação de impostos sobre todas as fontes de rendimento.

Apresentamos de seguida informação sobre as pensões de velhice e os benefícios e apoios que complementam essas pensões: (i) Pensão de velhice; (ii) Pensão social de velhice; (iii) Acréscimo vitalício de pensão; (iv) Benefícios adicionais de saúde; (v) Complemento especial à pensão social de velhice; (vi) Complemento por cônjuge a cargo; (vii) Complemento solidário para idosos; (viii) Suplemento especial de pensão.

Usufruem da (i) **pensão de velhice** os trabalhadores por conta de outrem, trabalhadores independentes, membros de órgãos estatutários, trabalhadores de serviço doméstico, beneficiários de seguro social voluntário. Os beneficiários têm de ter completado 66 anos ou mais anos (idade legal para a reforma para ambos os sexos). A partir de 1 de Janeiro de 2014, o acesso à pensão passou de 65 anos para os 66 anos, isto porque a idade passa a estar ligada ao factor de sustentabilidade.

São beneficiários da (ii) **pensão social de velhice**, as pessoas que tenham completado 66 anos de idade e não sejam titulares de nenhuma pensão de contributivo e apresentarem rendimentos mensais líquidos iguais ou inferiores a 40% do valor do Indexante dos Apoios Sociais – IAS, ou de 60% caso se trate de um casal.

O (iii) **acréscimo vitalício de pensão** é um valor pago uma vez por ano, em Outubro, aos antigos combatentes, que corresponde a 12 mensalidades.

Quanto aos (iv) **benefícios adicionais de saúde**, trata-se de um apoio concedido aos idosos que recebem o Complemento Solidário para Idosos, para reduzir as despesas com a saúde, que se concretiza através do reembolso das despesas de saúde nas seguintes situações: compra de medicamentos; compra de óculos e lentes; compra ou reparação de próteses dentárias removíveis. Para além disso, o acesso às consultas de dentista/estomatologista é feito através de um cheque-dentista passado pelo Médico de Família.

Aos antigos combatentes é pago uma vez por ano o (v) **complemento especial à pensão social de velhice**, que corresponde a 14 mensalidades.

Aos pensionistas de velhice do regime geral da Segurança Social com cônjuge a cargo é atribuído o (vi) **complemento por cônjuge a cargo**, um valor pago mensalmente.

Os idosos com mais de 66 anos, com baixos recursos e residentes em Portugal, podem beneficiar do (vii) **complemento solidário para idosos**.

O (viii) **suplemento especial de pensão** consiste num valor pago uma vez por ano, no mês de Outubro, aos antigos combatentes.

Para além das prestações sociais anteriormente descritas, existem outros serviços de carácter não monetário, que se designam de respostas sociais. Têm por objectivo assegurar a prevenção e reparação das situações de carência e dependência, assegurando especial protecção aos grupos mais vulneráveis, designadamente das pessoas idosas em situação de dependência ou de carência económica ou social, e podem ser desenvolvidas pelo Estado, pelas autarquias e por instituições privadas sem fins lucrativos. As principais respostas sociais são as seguintes:

Estrutura Residencial para idosos – constitui uma resposta social destinada ao alojamento colectivo de pessoas idosas, de utilização temporária ou permanente, à qual está associada a oferta de um conjunto de serviços, que passam pelos cuidados de saúde e higiene, refeição e actividades de lazer. A maioria dos lares em funcionamento pertence a entidades não lucrativas e apresenta longas listas de espera. Face à insuficiência de lares estatais, tem havido uma proliferação de lares privados com fins lucrativos, que muitas das vezes funcionam clandestinamente e sem condições mínimas de dignidade.

Centro de dia – constitui um equipamento social que presta um conjunto de serviços com o objectivo de manter as pessoas idosas no seu meio sociofamiliar, de forma a retardar, ou até mesmo evitar, a sua institucionalização.

Centro de noite – trata-se de uma resposta social que tem por finalidade o acolhimento nocturno, prioritariamente para pessoas idosas com autonomia que, por vivenciarem situações de solidão, isolamento ou insegurança, necessitam de suporte e acompanhamento durante a noite.

Centro de convívio – centro de nível local, que pretende apoiar actividades sócio-recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com a participação de todos os grupos etários, assim como os membros da família. Visa a satisfação de lazer numa lógica dos benefícios psicológicos e sociais que a quebra da rotina proporciona.

Acolhimento familiar – consiste na integração, temporária ou permanente, de idosos em famílias consideradas idóneas, que, por ausência ou falta de condições de familiares ou insuficiência de respostas sociais, não podem permanecer no seu domicílio.

Para as pessoas idosas que se encontram em situação de maior vulnerabilidade, subsistem os **Programas de apoio às pessoas idosas**, tendo por objectivo melhorar a sua qualidade de vida. Passamos a referir:

Serviço de apoio domiciliário – consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente a satisfação das necessidades básicas e/ou as actividades da vida diária, como a alimentação, higiene pessoal e habitacional e tratamento de roupas. Este serviço presta cuidados numa lógica de duração do serviço o mais reduzido possível no sentido de abranger o apoio a um maior número de idosos, pelo que o apoio permanente não é assegurado. Os serviços disponibilizados são essencialmente em regime diurno, nos dias úteis, não sendo assegurada a assistência nos dias de fim-de-semana e feriados.

Saúde e termalismo – permite às pessoas idosas de menores recursos financeiros o acesso a tratamentos termais, o contacto com um meio social diferente e a prevenção do isolamento social.

Passes terceira idade – possibilita a utilização, a qualquer hora, dos transportes das zonas urbanas e suburbanas de Lisboa e Porto, pelos idosos com 65 ou mais anos.

Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas – tem como finalidade melhorar as condições básicas de habitabilidade e mobilidade das pessoas idosas.

No domínio da saúde, a resposta que se encontra mais direccionada para os idosos, são as Unidades de Cuidados Continuados. Em 2006, o Estado criou a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), a qual tem como objectivo a prestação de cuidados de saúde e de apoio social de forma continuada e integrada a pessoas que **independentemente da idade se encontram** em situação de dependência.

As RNCCI são formadas por um conjunto de instituições públicas e privadas que prestam cuidados continuados de saúde e de apoio social. Estas novas respostas promovem a continuidade de cuidados de forma integrada a pessoas em situação de dependência e com perda de autonomia. De acordo com carta social 2012, encontram-se em funcionamento mais de uma centena e meia de respostas de Apoio Domiciliário Integrado (ADI) e Unidade de Apoio Integrado (UAI). O ADI trata-se de uma resposta

que se concretiza através de um conjunto de acções e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados, de apoio social e de saúde, a prestar no domicílio, durante vinte e quatro horas por dia e sete dias por semana. A UAI é uma resposta desenvolvida em equipamento, que visa prestar cuidados temporários, globais e integrados a pessoas que, por motivo de dependência, não podem manter-se apoiadas no seu domicílio, mas que não carecem de cuidados clínicos em internamento hospitalar.

Todavia, há alguns anos atrás as pessoas idosas constituíam um pequeno grupo de cidadãos marginalizados pelo pouco domínio na sociedade. Hoje começamos a ser influenciados por este grupo, cada vez maior, cada vez mais esclarecido e reivindicativo, com maior autonomia e capacidade de resolução de problemas individuais e até colectivos e mais ciente da cidadania. Como já referimos, as pessoas vivem até idades avançadas com total autonomia e níveis de saúde e bem-estar razoáveis. No entanto, as respostas sociais, e como refere Mendes (2011, p. 95) *“insiste em soluções institucionais sob formas de residências e convívios fechadas, quase quetos, para cuidar de velhos cuja a autonomia esteja diminuída”*. As respostas consideradas mais tradicionais (serviço apoio domiciliário, centro de dia, estrutura residencial) apenas asseguram cuidados básicos, com pessoal que presta cuidados sem qualquer tipo de formação, faltando ainda investimento na reabilitação e no estímulo às capacidades que as pessoas preservam. Para Fernandes (2001, p.51), num futuro próximo, *“a velhice não vai deixar de ser um problema social, mas ela vai deixar de ser uma propriedade, menos conotada com necessidades materiais e sociais e objecto de políticas sociais específicas, e mais com apoios medico-sociais normalmente bastante sofisticados”*.

Neste sentido, e num cenário de futuro é importante que as instâncias produtoras de políticas sociais se adaptem a esta nova realidade demográfica e que ofereçam cuidados tendo *“em conta as dimensões biopsicossociais, culturais e espirituais da pessoa”* (Ribeirinho, 2012, p. 56). Na perspectiva de Capucha (2014, p. 121), é essencial respostas que preservem as pessoas activas intelectual e funcionalmente, sendo necessário algumas medidas políticas que *“podem fazer face ao problema da rentabilização das políticas de pensões, com benefícios também para a economia e a produtividade”* como, *“ estruturas de aprendizagem e ensino, coaching de iniciativas empresariais de jovens por parte de trabalhadores experientes e disponíveis, apoio prestado por profissionais mais experientes à formação técnica no ensino vocacional de*

nível secundário ou superior, a formação contínua das pessoas numa lógica de aprendizagem ao longo da vida”.

Neste contexto, e tendo presente, a evidência de uma mudança progressiva do perfil cultural dos futuros idosos, a CES (2013) considera que as actuais respostas sociais carecem de respostas adaptáveis à necessidade dos idosos, sendo de grande importância o desenvolvimento de política de qualidade e de flexibilidade das respostas sociais que satisfaçam em pleno as necessidades concretas do idoso. Por exemplo, um utente poder contratualizar o serviço de apoio domiciliário e pernoitar no centro de noite. Os cuidados domiciliários são considerados pela CES como uma das principais respostas. Neste particular, a CES alerta para as grandes necessidades que hoje já se verificam na componente de apoio domiciliário, recomendando políticas de educação e de formação profissional que intensifiquem a qualificação nesta área. Também na área da saúde, verifica-se a falta de competências específicas, nomeadamente de geriatria, gerontologia, demências e cuidados paliativos, entre outras. Destaca ainda, a necessidade de intensificar respostas sociais como agentes sociais de apoio directo aos idosos, nas diversas situações de dependência, de isolamento social, de saúde, de participação social e até de emprego. Neste sentido o parecer da CES (2013, p. 23) cita que a *“sociedade precisa mudar a sua conduta em relação ao envelhecimento pois uma sociedade que tem consciência dos direitos de todos os indivíduos está capacitada para garantir o espaço social de todos os cidadãos, nomeadamente dos idosos”*.

Parece-nos igualmente relevante referir alguns itens do relatório do Fundo das Nações Unidas *“Envelhecimento no século XXI”* (2012). O relatório exorta os governos, as organizações internacionais e a sociedade civil para necessidade de novas políticas e leis sobre o envelhecimento de forma a se adaptar as políticas à realidade da demografia do século XXI, salientado a importância de políticas que reconheçam a *“preparação”* para a idade avançada e reforçando os fortes laços de reciprocidade entre as gerações mais velhas e mais novas. A expectativa de uma velhice digna e segura é uma preocupação tanto para os jovens de hoje como para as futuras gerações de jovens.

O relatório aponta que a saúde deve estar no cerne da resposta da sociedade ao envelhecimento da população. Garantir que as pessoas, enquanto vivem vidas mais longas, vivam vidas mais saudáveis, resultará em maiores oportunidades e custos mais baixos não só para as pessoas idosas como para as famílias e para a sociedade. A fim de desfrutar do direito a uma boa saúde física e mental, as pessoas idosas devem ter acesso a informações e serviços que atendam às suas necessidades e cuidados de saúde. Isto

inclui cuidados preventivos e cuidados de longa duração. Uma perspectiva a longo prazo deve incluir a promoção da saúde e a prevenção de doenças que incidem sobre a manutenção da independência, prevenindo e retardando a doença, a invalidez e os tratamentos. Políticas que promovam estilos de vida saudáveis, tecnologia assistida, pesquisa médica e cuidados de reabilitação. A formação de cuidadores e profissionais de saúde é essencial para garantir que aqueles que trabalham com as pessoas mais velhas têm acesso à informação e à formação básica no cuidado das pessoas idosas.

II. 2.3. Despesas: Projecções “*The 2012 Ageing Report*”

As pensões e os cuidados de saúde são duas áreas em que o envelhecimento mais ameaça as finanças públicas. De acordo com, Mendes (2005, p. 257) “*os sistemas de pensões estão bem no coração das dificuldades do Estado de Bem-Estar, visto que foram desenhados sem antecipar a evolução demográfica e económica, e a ela não se ajustarem por serem de benefício definido. A derrapagem do custo económico da manutenção do rendimento dos pensionistas criou dificuldades em toda a parte e tornou-se uma questão central das democracias*”.

As projecções realizadas no relatório da Comissão Europeia “*The 2012 Ageing Report*”(2012) indicam que a despesa publica relacionada com a idade em 2060 deverá aumentar em média, 4.1 pontos percentuais do produto interno bruto (PIB) na UE e em 4.5 pontos percentuais na Zona Euro.

No que concerne à despesa em pensões do sistema público, a tabela nº 2 apresenta as projecções até 2050 da UE27, bem como da EA17. Para Portugal, as projecções apontam para um aumento de 12.5% do PIB em 2010, ascendendo para 13.2% em 2045, com uma ligeira diminuição em 2050 para 13.1%. Para a zona do euro, a despesa deverá aumentar de 12.2% do PIB em 2010 até 14.3% em 2050.

Tabela nº 2 : Despesa pública em pensões (em % do PIB)

	2010	2020	2025	2030	2035	2040	2045	2050
PT	12.5	13.5	13.4	13.2	13.1	13.1	13.2	13.1
EU27	11.3	11.3	11.5	11.9	12.3	12.6	12.7	12.8
EA17	12.2	12.3	12.6	13.1	13.5	13.9	14.2	14.3

Fonte: The 2012 Ageing Report

O envelhecimento pode levar a um aumento de despesas em cuidados de saúde. De modo geral, as pessoas mais idosas tendem a apresentar mais doenças crónicas, bem como comorbilidades e incapacidades, o que faz aumentar a necessidade de cuidados de saúde.

As projecções do impacto do envelhecimento na despesa pública em saúde são as que se seguem:

Tabela nº 3 : Despesa pública em saúde (em % do PIB)

	2010	2020	2025	2030	2035	2040	2045	2050
PT	7.2	6.7	7.0	7.2	7.5	7.7	7.9	8.1
EU27	7.1	7.4	7.6	7.8	7.9	8.1	8.2	8.3
EA17	7.3	7.6	7.8	7.9	8.1	8.3	8.4	8.4

Fonte: The 2012 Ageing Report

Para Portugal, as despesas públicas em saúde associadas ao envelhecimento deverão aumentar de 7.2% do PIB em 2010, para 8.1% em 2050. Para a Zona Euro, as despesas deverão aumentar de 7.3% do PIB para 8.4%.

Relativamente à população “dependente”, as projecções são as seguintes:

Tabela nº 4 : Numero de dependentes em Portugal (milhares)

	2010	2020	2025	2030	2035	2040	2045	2050
Total	1 037	1 145	1 197	1 251	1 309	1 360	1 401	1 433
Cuidados formais	153	179	190	203	219	236	252	268
Cuidados informais	884	966	1006	1048	1090	1124	1149	1165

Fonte: The 2012 Ageing Report

A população servida pelo sistema público aumentaria de 153 mil em 2010 para 268 mil em 2050.

Capítulo III. CRESCIMENTO ECONOMICO, ENVELHECIMENTO E DESAFIOS

III.1. Objectivos, contextualização e metodologia

Nesta secção foram feitas estimações econométricas¹ relacionando, para um conjunto de países europeus, as variáveis dependente, medida pela taxa de crescimento do produto interno bruto *per capita* a preços constantes, e independente, avaliada pela percentagem da população com 65 ou mais anos. Os valores foram então obtidos através de técnicas econométricas, a fim de analisar a relação entre as duas variáveis acima referidas. Em cada país (Figura na secção seguinte), cada observação, os pontos azuis, representa o conjunto das combinações taxa de crescimento do produto interno bruto *per capita* a preços constantes (eixo-y) e a percentagem da população com 65 ou mais anos (eixo-x), entre 1996 e 2013. Por sua vez, a recta e respectiva expressão representam o ajustamento obtido.

Esta análise pretende definir o grau de determinação da variável independente sobre a variável dependente. Dito de outro modo, em que países a percentagem da população com 65 ou mais anos está positivamente (ou negativamente) associada à taxa de crescimento do produto interno bruto *per capita* a preços constantes.

O objectivo não é pois explicar a taxa de crescimento do produto interno bruto *per capita* a preços constantes nos diferentes países, mas sim, utilizar uma análise econométrica simplista de forma a compreender em que países há uma relação positiva entre as variáveis de modo a compreender que características apresentam esses países que motivam esse resultado. Com base nisso será possível proceder a uma série de recomendações para os restantes países.

Os dados foram retirados das secções “Economy and Finance” e “Population and Social Conditions” da Base de Dados do Eurostat, disponível online.

III. 2. Apresentação dos resultados e sua discussão

Assim, no caso da primeira figura, por exemplo, temos os pontos azuis e o ajustamento para o caso da UE a 24 países, entre 1996-2013. A inclinação negativa do ajustamento indica uma relação negativa entre a taxa de crescimento do produto interno bruto *per*

¹ A Econometria recorre a um conjunto de ferramentas estatísticas e matemáticas com o objetivo de entender a relação entre variáveis económicas.

capita a preços constantes e a percentagem da população com 65 ou mais anos, a qual também é reflectida no sinal negativo da variável x. Assim, o ajuste $y = -0,9674x + 17,601$ significa que o valor 17,601 da taxa de crescimento é explicado por outras variáveis. O valor de 0,9674 indica que, em média e com tudo mais constante, um aumento de 1 no indicador diminuiu a taxa de crescimento em 7,7991. Por sua vez, a estatística R^2 (o coeficiente de determinação) igual a 0,2545 indica que 25,45% da variação da variável dependente é explicada pela variação da variável independente; esta medida varia entre 0 e 1, indicando então o quanto o modelo consegue explicar os valores observados. Quanto maior o R^2 , mais explicativo é o modelo, no sentido em que melhor se ajusta à amostra.

As figuras abaixo mostram então que, dos países considerados, apenas na Suíça e na Noruega há uma relação positiva entre a taxa de crescimento do produto interno bruto per capita a preços constantes e a percentagem da população com 65 ou mais anos.

Figura nº 2 : Ajustamento para o caso UE a 24 países, 1996-2013

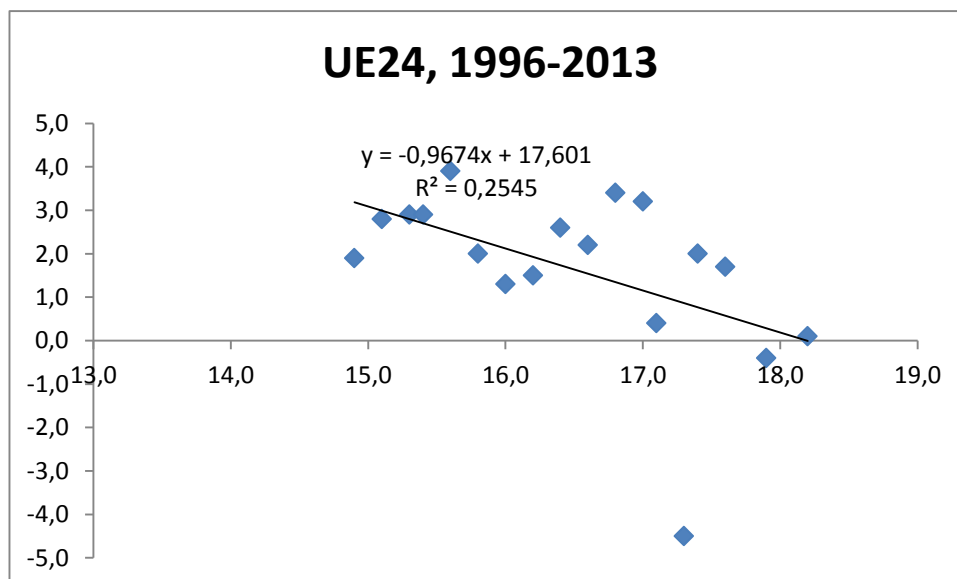


Figura nº 3 : Ajustamento para o caso Portugal, 1996-2013

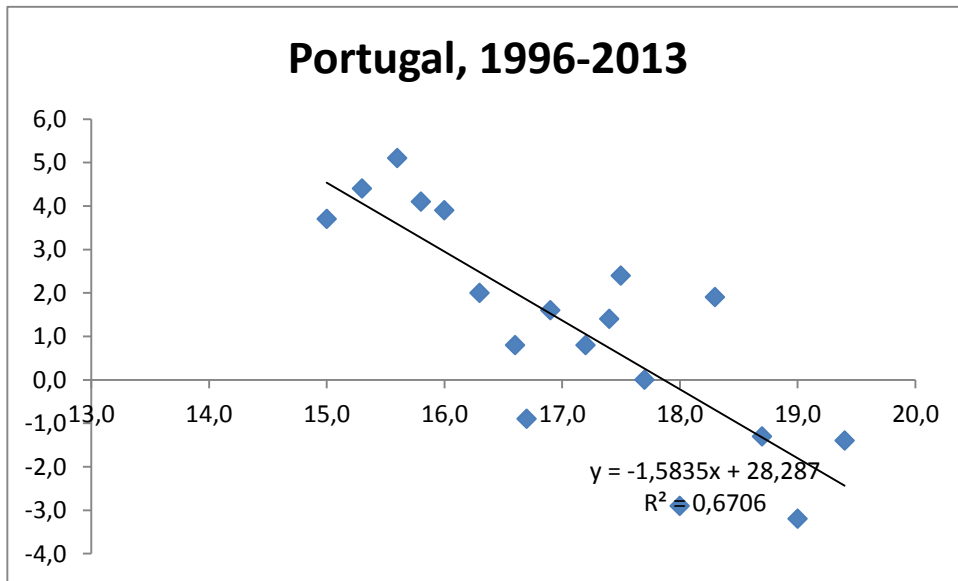


Figura nº 4 : Ajustamento para o caso Dinamarca, 1996-2013

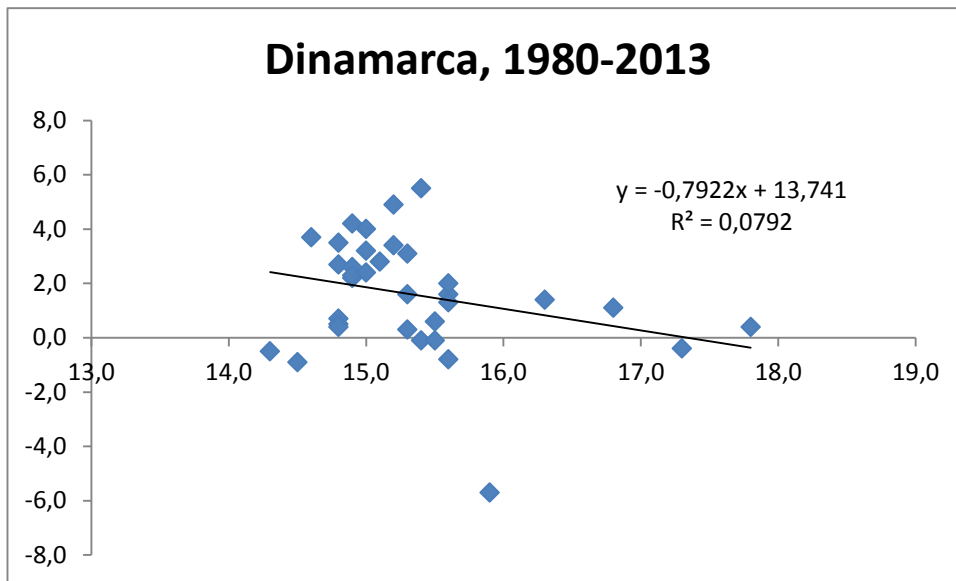


Figura nº 5 : Ajustamento para o caso Reino Unido, 1996-2013

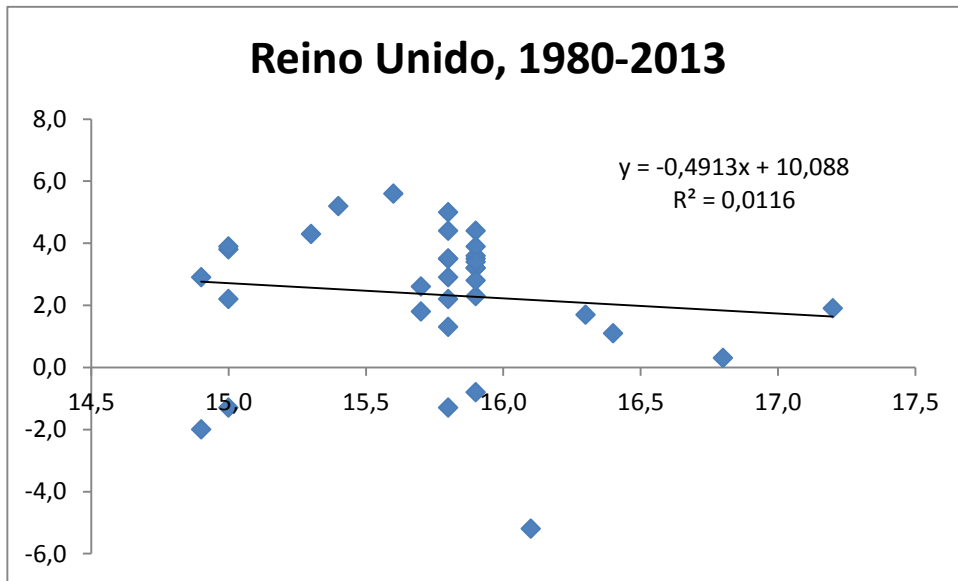


Figura nº 6 : Ajustamento para o caso Italia, 1996-2013

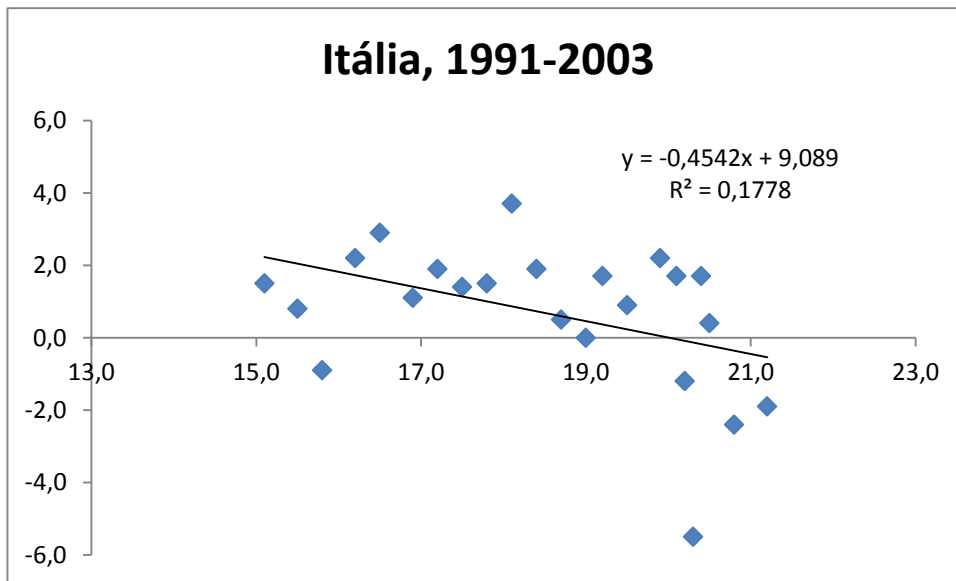


Figura nº 7 : Ajustamento para o caso Finlândia, 1996-2013

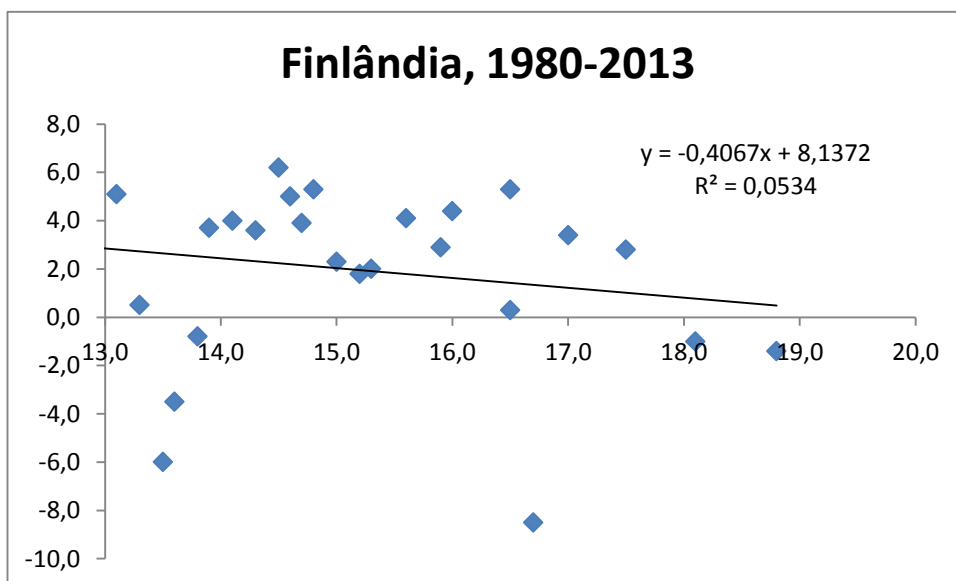


Figura nº 8 : Ajustamento para o caso Suécia, 1996-2013

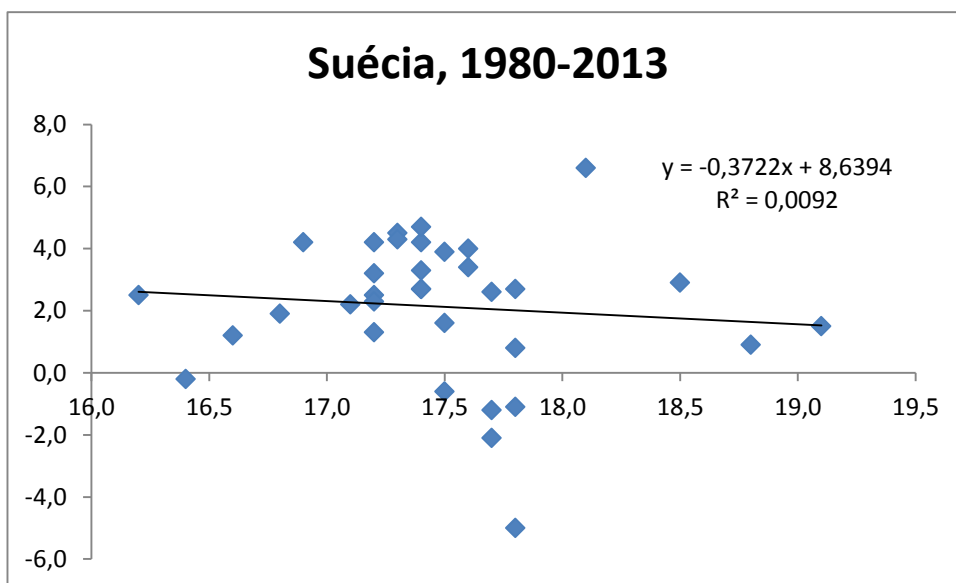


Figura nº 9 : Ajustamento para o caso Austria, 1996-2013

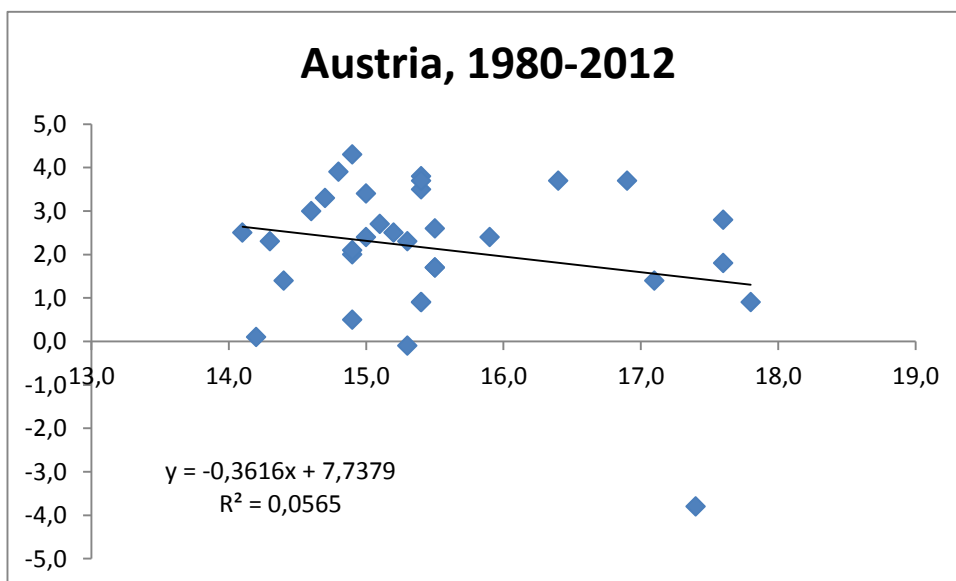


Figura nº 10 : Ajustamento para o caso Holanda, 1996-2013

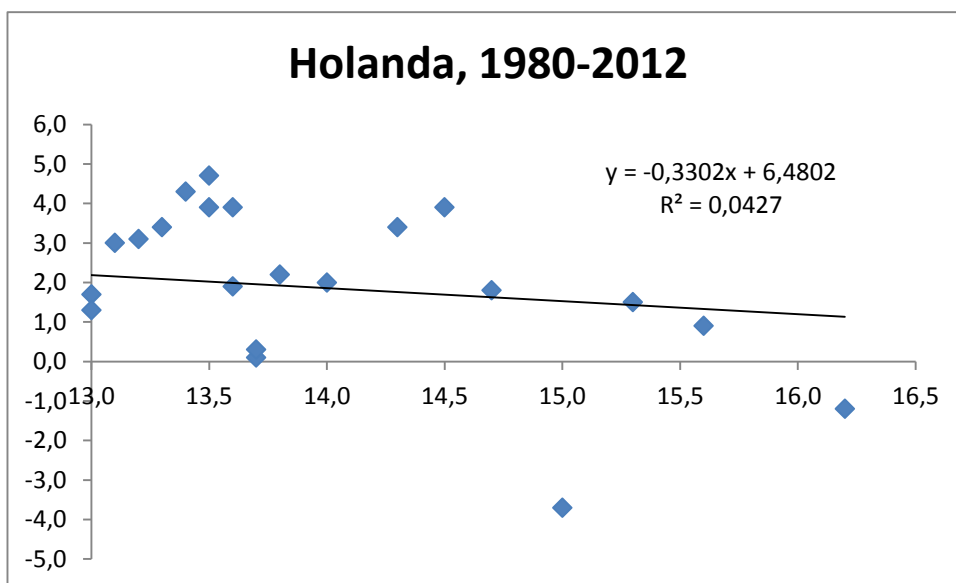


Figura nº 11 : Ajustamento para o caso França, 1996-2013

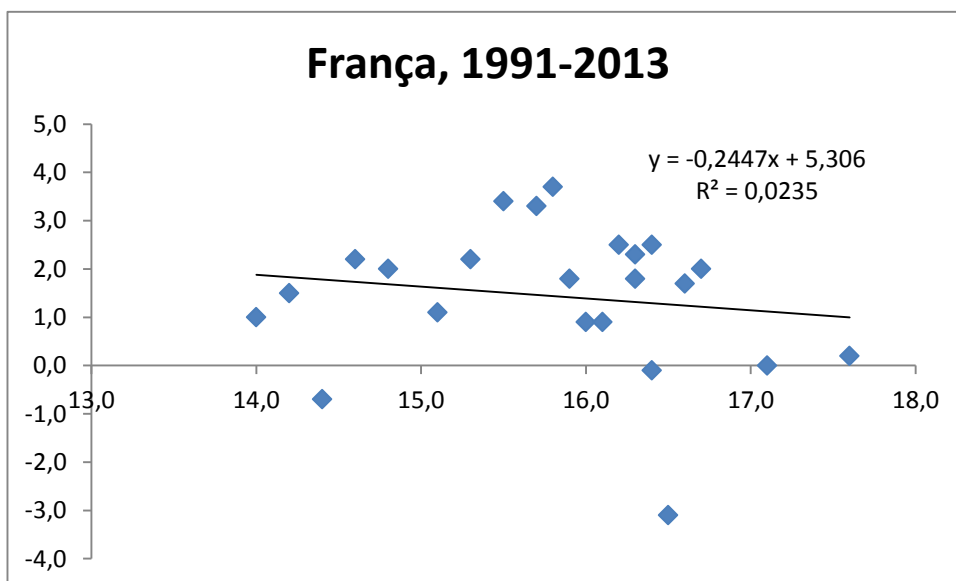


Figura nº 12 : Ajustamento para o caso Bélgica, 1996-2013

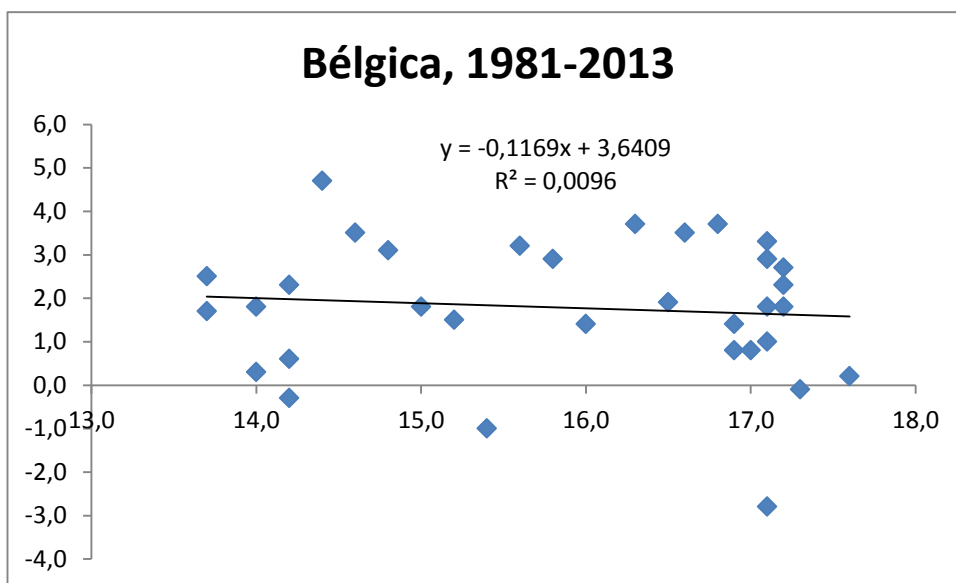


Figura nº 13 : Ajustamento para o caso Alemanha, 1996-2013

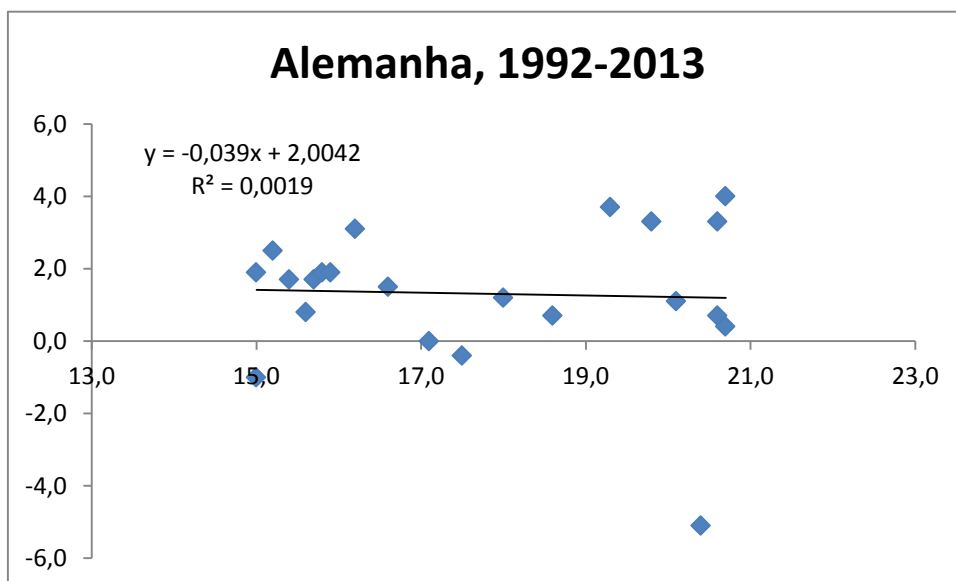


Figura nº 14 : Ajustamento para o caso Espanha, 1996-2013

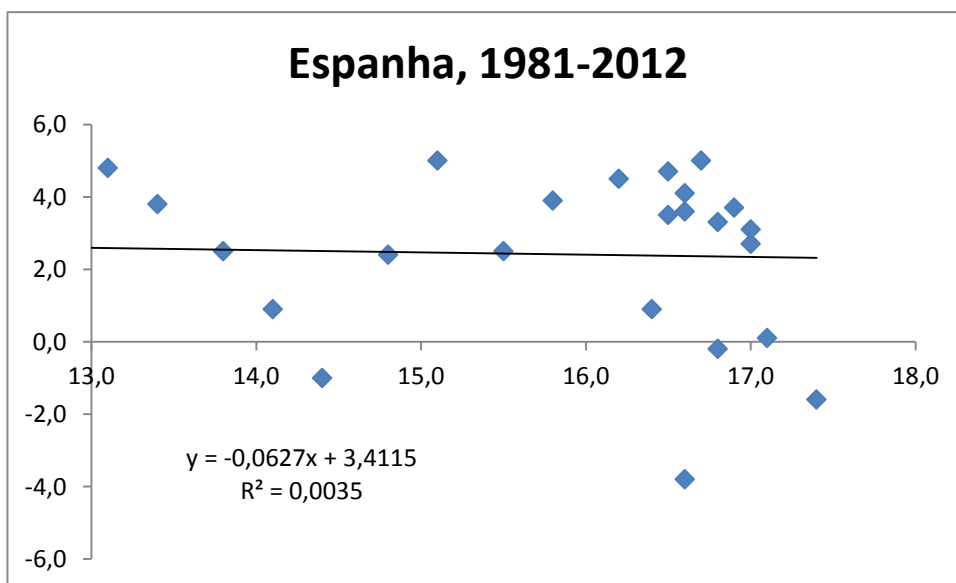


Figura nº 15 : Ajustamento para o caso Suíça, 1996-2013

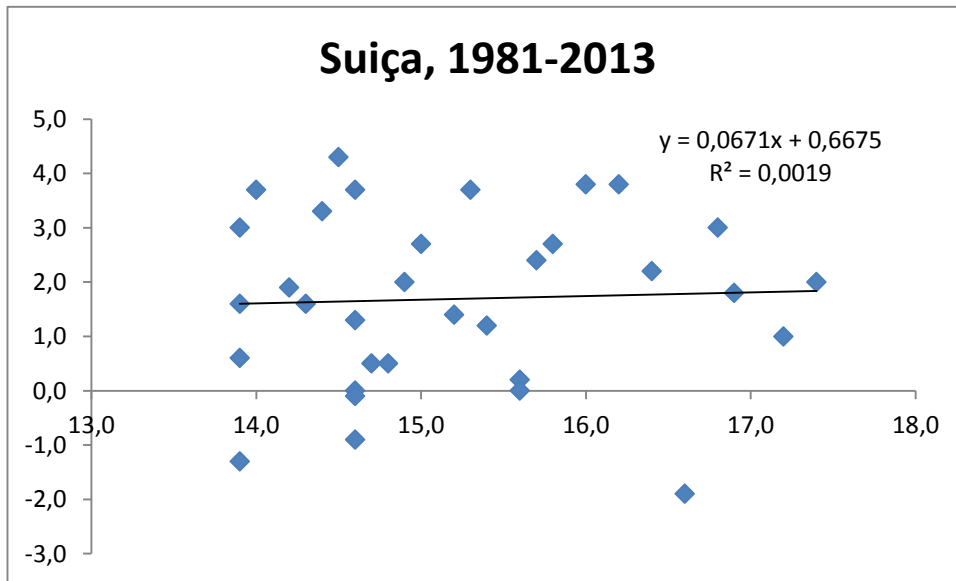


Figura nº 16 : Ajustamento para o caso Noruega, 1996-2013

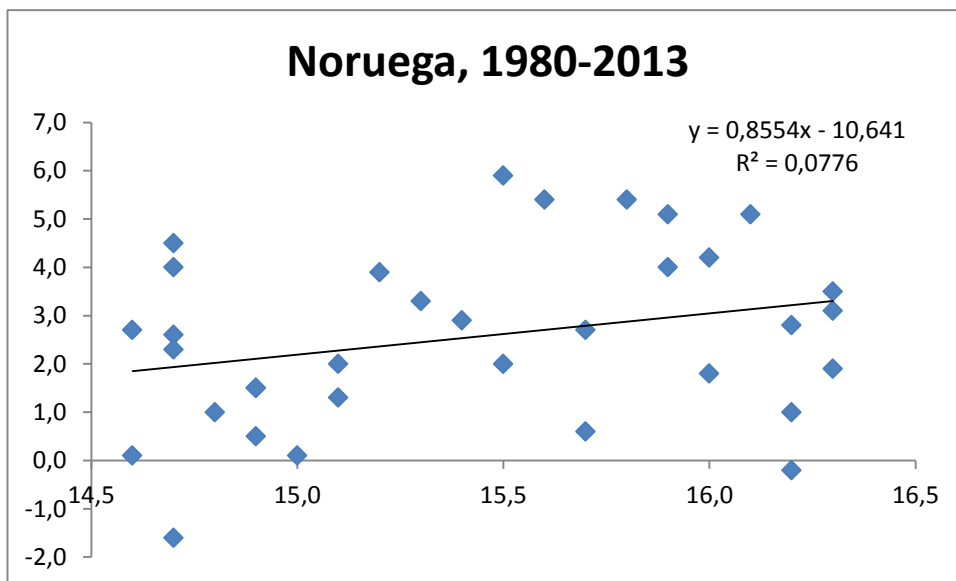


Tabela nº 5 : Ordenação dos países de acordo com o impacto do envelhecimento sobre o crescimento económico, com base nas figuras anteriores

País	Ordem
Noruega	1
Suíça	2
Espanha	3
Alemanha	4
Bélgica	5
França	6
Holanda	7
Austria	8
Suécia	9
Finlândia	10
Itália	11
Reino Unido	12
Dinamarca	13
Portugal	14

Como já referido, os resultados acima mostram que, para os países apresentados, apenas para a Suíça e para a Noruega a recta de regressão apresenta uma inclinação positiva; ou seja, só nestes dois países é que o envelhecimento tem tido um impacto positivo sobre o crescimento económico. Para os restantes, países a recta apresenta uma inclinação negativa, o que significa que o envelhecimento tem tido um impacto negativo sobre o crescimento económico.

Portugal é claramente o país em que o envelhecimento mais tem penalizado o crescimento económico: nas regressões estimadas, o valor negativo do coeficiente associado à variável explicativa (-1,5835) é bastante superior ao dos restantes países. O que poderá estar na base deste resultado? Será que a falta de respostas sociais adequadas aos idosos, a (quase) ausência de políticas de apoio à integração e ao desenvolvimento pessoal e social deste grupo da população e a desvalorização social do idoso, referidos ao longo deste trabalho, poderão contribuir para que o envelhecimento esteja a penalizar o crescimento económico?

Para testarmos esta hipótese, começemos por olhar para o “*Global Age Watch Index 2013*”, um índice internacional que hierarquiza os países de acordo com o bem-

estar económico e social da sua população idosa. Este índice foi concebido e construído pela associação “*HelpAge International*”, tendo por base dados do Banco Mundial, das Nações Unidas, da Organização Mundial de Saúde e da Organização Internacional do Trabalho. É uma média geométrica dos valores registados por cada país em quatro domínios do bem-estar da população idosa: rendimento; saúde; emprego/educação; vida em sociedade (informações mais detalhadas sobre estes domínios e sobre o modo de construção do índice podem ser encontradas no relatório “*Global Age Watch Index 2013 – Insight Report*”).

A Tabela n.º 6 mostra a ordenação dos 14 países incluídos neste estudo tendo em conta o valor apresentado pelo índice:

Tabela nº 6 : Ordenação dos países de acordo com o “*GlobalAge Watch Index*”

País	Ordem
Suécia	1
Noruega	2
Alemanha	3
Holanda	4
Suiça	5
Austria	6
Reino Unido	7
Finlândia	8
Dinamarca	9
França	10
Espanha	11
Bélgica	12
Itália	13
Portugal	14

Dos 14 países apresentados, Portugal volta a ser o que apresenta um pior desempenho. Em comparação com os restantes países, apresenta um valor do índice muito baixo, em particular devido aos domínios emprego/educação e vida em sociedade, nos quais o nosso país apresenta claramente os piores resultados a nível europeu. Tal resulta do nosso atraso em termos de qualificações da população idosa bem como da pouca inclusão e participação da mesma no mercado de trabalho e na

sociedade, em geral. Pelo contrário, nos países do Centro e, sobretudo, do Norte da Europa, o elevado nível de qualificações, os elevados rendimentos, os cuidados de saúde disponíveis e as políticas activas de inclusão no mercado de trabalho e de valorização social dos idosos contribuem decisivamente para que aí o índice assuma os seus valores mais elevados.

Existe, assim, uma forte correlação entre a hierarquia dos países apresentada nas Tabelas 5 e 6: os países melhor/pior posicionados na Tabela n.º 5 são também os melhor/pior posicionados na Tabela n.º 6 (o coeficiente de correlação entre os valores das duas tabelas é elevado, de 67%). Significa isto que os países que apresentam valores mais altos/baixos do índice são aqueles em que o envelhecimento menos/mais tem penalizado o crescimento económico. A mensagem é, portanto, clara: Portugal (bem como os restantes países com piores resultados) deve seguir o exemplo dos países do Centro e Norte da Europa, nomeadamente no que respeita às suas políticas de incentivo à qualificação, formação, inclusão social e participação dos idosos no mercado de trabalho, bem como no que toca à existência de uma ampla rede de apoio no rendimento e de prestação de cuidados de saúde dirigidos a esta população. Estas são recomendações de políticas importantes que derivam deste estudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este trabalho foi possível concluir que o envelhecimento da população coloca à sociedade, aos governos, ao sector privado e aos próprios idosos desafios e oportunidades. Em vez de guerra de gerações, de políticas ultrapassadas, como reformas antecipadas, discriminação no mercado de trabalho, preconceitos e estereótipos torna-se necessário desenvolver políticas que mobilizem a sociedade, no sentido da “prenda” da longevidade significar um ganho em termos de qualidade de vida, de saúde e de crescimento económico. É, assim, fundamental, reinventar o modo como encaramos a velhice. A condição de reformado não tem necessariamente de acompanhar a de idoso, assim como a de activo não tem de se circunscrever ao grupo etário dos 20-60 anos. O trabalho, a reforma e a educação são processos com tendência a acompanhar a linha de vida das pessoas, deixando de ser fases marcadas por barreiras etárias.

É todo o futuro da sociedade que pomos em causa ao interrogarmo-nos sobre a longevidade. Temos a oportunidade de “reconstruir” uma sociedade na medida em que saibamos aproveitá-la e sejamos capazes de desenvolver reformas políticas e sociais necessárias para a adaptação a um mundo a envelhecer. Uma sociedade onde a idade não seja um factor de exclusão, mas sim de inclusão, de aproximação, de partilha de conhecimento, de sabedoria às novas gerações. Uma sociedade mais inteligente, mais humana e mais coesa. Uma sociedade que aproveite o progresso da longevidade, a participação de todos na construção da felicidade do homem. Uma sociedade para todas as idades: velhos e novos.

Vivemos o presente a pensar na sociedade do amanhã, certamente com muitas mais pessoas idosas. Velhos mas com futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, R. (2006). O voo da borboleta. Crónicas da Informação. Porto. Media XXI.
- Arca. B. (2007). Apoio familiar e institucional à pessoa idosa. In A. Osório & F. Pinto.
- Cabral, M. (2009). A política portuguesa para o envelhecimento é pensões e saúde. *Jornal Publico*, 19 Novembro, 4-5.
- Capucha, L. (2014). Envelhecimento e políticas sociais em tempos de crise. *Sociologia problemas e práticas*, 41, 113-131.
- Comissão Europeia. (2010). Projecto Europa 2030. Desafios e oportunidades. Relatório ao conselho europeu do grupo de reflexão sobre o futuro da EU 2030.
- Comissão Europeia. (2012). Special Eurobarometer 378. Active Ageing 2012.
- Comissão Europeia. (2006). Comunicação da comissão. O futuro demográfico da Europa: transformar um desafio em oportunidade.
- Comissão Europeia. (2010). Europa 2020. A comissão propõe uma nova estratégia económica para a Europa.
- Conselho Economico e Social. (2013). Parecer de iniciativa sobre consequências económicas, sociais e organizacionais decorrentes do envelhecimento da população. Lisboa.
- Departamento de Prospectiva e Planeamento e Relações Internacionais. (2011). A economia portuguesa a longo prazo. Um processo de cenarização. Lisboa.
- Direcção Geral Segurança Social. (2014). “Protecção social das pessoas idosas”. Lisboa: DGSS.
- Drucker. P. (2012). Uma sociedade funcional. Alfragide: Dom Quixote.
- European Commission (2012). Ageing Report. Economic and budgetary projections for the 27 EU Member States (2010-2060). *European Economy* 2/2012.

- Fernandes, A. (2001). Velhice, solidariedades familiares e política social. Itinerário de pesquisa em torno do aumento da esperança de vida. *Sociologia problemas e práticas*, 36, 39-52.
- Fonseca, A. (2012). Fundamentos psicológicos para um envelhecimento activo. In C. Palmeirão & A. Cruz (Coords): *Envelhessomos* (pp. 15-44). Porto: Universidade Católica.
- Fonseca, A. (2011). *Reforma e Reformados*. Coimbra: Almedina.
- Fonseca, A. (2006). *O envelhecimento. Uma abordagem psicológica* (2ª ed.). Lisboa: Universidade Católica.
- Fonseca, A. (2004). *O envelhecimento. Uma abordagem psicológica*. Lisboa: Universidade Católica.
- Fontaine, R. (2000). *Psicologia do envelhecimento*. Lisboa: Climepsi.
- Instituto Nacional de Estatística. (2011). *Censos 2011*. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística. *Projecção de população residente em Portugal 2008-2060*. Lisboa. Instituto Nacional de Estatística, IP, 2009.
- Instituto Nacional de Estatísticas. (2013). *Estatísticas demográficas 2011*. Lisboa: INE.
- Justino, D., et al. (2013). *Ciência traduzida. Encontro presente no futuro. Os portugueses em 2030*". Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Kalache, A. (2012). Entrevista a Alexandre Kalache. *Rediteia*, 45, 17-32.
- Lima, M. & Marques, S. & Batista, M. & Ribeiro, O. (2010). *Idadismo na Europa. Uma abordagem psicossociológica com o foco no caso Português. Relatório I*. Lisboa: Centro de Investigação e Intervenção Social. Instituto Universitário de Lisboa.
- Lima, M. & Marques, S. & Batista, M. (2011). *Idadismo na Europa. Uma abordagem psicossociológica com o foco no caso Português: Relatório II*. Lisboa: Centro de Investigação e Intervenção Social. Instituto Universitário de Lisboa. Instituto do Envelhecimento.

- Madeira, J. (2012). Temos de dar um salto civilizacional. Com sonho, realismo e sabedoria. *Focussocial*, Maio, 45-49.
- Machado, P. (2003). O lugar dos idosos em Portugal e no mundo. *Anuário Janus Online*.
- Marques, S. & Lima M. (2010). Idadismo e a Construção Social da idade ou as razões psicossociais para o sucesso dos anti-rugas, do botox e da tinta para o cabelo. *In-Mind Português*, 1, 13-21.
- Mauritti, R. (2004). Padrões de vida na velhice. *Análise Social*, 171, 339-363.
- Mendes, F. (2011). *Segurança Social. O futuro Hipotecado*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Mendes, F. (2005). *Conspiração Grisalha. Segurança Social, competitividade e gerações*. Oeiras: Celta.
- Odgers Berdtsen. (2013). *After the Baby Boomers The Next Generation of Leadership*. London.
- Osório, A. & Pinto, F. (2007). *As pessoas idosas. Contexto social e intervenção educativa*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Paúl, C. (2005). Os idosos no futuro. *Pretextos*, 20, 16-17.
- Paul, C. & Fonseca, A. (2005). *Envelhecer em Portugal*. Lisboa: Climepsi.
- Paul, C. (2012). Solidão em pessoas mais velhas. *Rediteia*, 45, 33-42.
- Paúl, C. (2005). A construção de um modelo de envelhecimento humano. In C. Paúl & A. Fonseca (Coords.): *Envelhecer em Portugal* (pp. 21-41). Lisboa: Climepsi.
- Paúl, C. (1997). *Lá para o fim da vida: Idosos, família e meio ambiente*. Coimbra: Almedina.
- Parker, J. (2013). Não foi o destino que assim o quis. In D. Franklin & J. Andrews & B. Beck & G. Carr & P. Coggan & S. Cox, et al: *2050 Megamudança. O Mundo em 2050* (pp 17-35). Lisboa: GestãoPlus.

- Ribeirinho, C. (2012). Re)criar a intervenção gerontológica. In C. Moura: Processos e estratégias do envelhecimento (pp. 51-64). Vila Nova Gaia. Euedito.
- Robinson, J. (2013). Saber envelhecer. Lisboa: Sinais de fogo.
- Rosa, M. (2012). O envelhecimento da sociedade portuguesa. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Serrão, M. (2012). Professor Daniel Serrão e a anatomia dos afectos. A vida é frágil. E nós somos vulneráveis. Focussocial, Maio, 62-67.
- Silva, F. (2013). O Futuro do Estado Social. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Simonnet, D., Rosnay, J., Schreiber, J. & Closets, F. (2006). Viver mais e melhor. Lisboa: Presença.
- United Nations Population Fund. (2012). Ageing in the Twenty-First Century: A Celebration and A Challenge. New York.

APÊNDICE

Rankings for Europe

Sweden	1	8	7	5	5	Portugal	34	17	29	76	37
Norway	2	3	13	1	22	Malta	38	37	27	77	41
Germany	3	9	6	6	6	Albania	39	23	63	30	56
Netherlands	4	4	18	11	1	Hungary	40	19	57	39	65
Switzerland	6	28	1	12	4	Croatia	41	51	43	52	57
Iceland	9	15	9	18	7	Latvia	45	33	62	15	77
Austria	11	5	17	42	2	Bulgaria	47	32	59	44	71
Ireland	12	24	14	32	3	Romania	48	29	64	38	68
United Kingdom	13	10	19	24	17	Slovakia	49	16	53	36	81
Finland	15	14	21	27	18	Lithuania	50	47	52	16	83
Luxembourg	16	1	16	55	11	Cyprus	57	80	22	47	30
Denmark	17	21	40	20	10	Greece	58	25	47	61	82
France	18	2	31	41	15	Belarus	60	44	80	57	52
Slovenia	20	22	32	51	12	Poland	62	20	87	54	43
Spain	22	31	39	50	14	Serbia	64	52	54	71	73
Belgium	24	41	23	45	29	Ukraine	66	39	77	35	86
Czech Republic	25	13	38	22	61	Moldova	76	53	71	43	89
Italy	27	6	15	62	53	Russia	78	69	78	21	90
Estonia	29	35	58	8	62	Montenegro	83	34	55	89	87

Overall Index

Income security

Health status

Employment and education

Enabling environment

Overall Index

Income security

Health status

Employment and education

Enabling environment

Fonte: United Nations Population Fund (2012)